





PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 09 DE ABRIL DE 2024 EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 81 DE 29 DE MARÇO DE 2022 (ICVM 81/22) E INSTRUÇÃO CVM Nº 80 DE 29 DE MARÇO DE 2022 (CVM 80/22).

Statkraft Energias Renováveis S.A.
09 de abril de 2024

Índice

1.	RELATÓRIOS DISPONIBILIZADOS AOS ACIONISTAS	6
1.1	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (INCISOS I E II DO ARTIGO 10º DA ICVM 81/22).....	6
1.2	COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INCISO III DO ARTIGO 10º DA ICVM 81/22)	6
1.3	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES (INCISO IV DO ARTIGO 10º DA ICVM 81/22)	6
1.4	PARECER DO CONSELHO FISCAL, INCLUSIVE VOTOS DISSIDENTES, SE HOVER	6
1.5	§ 1º DO ARTIGO 10º - INCISO I – FORMULÁRIO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS (DFP)	6
1.6	§ 1º DO ARTIGO 10º - INCISO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO A DA ICVM 81/22.	7
2.	INFORMAR O LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	7
3.	INFORMAR O MONTANTE GLOBAL E O VALOR POR AÇÃO DOS DIVIDENDOS, INCLUINDO DIVIDENDOS ANTECIPADOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO JÁ DECLARADOS	7
4.	INFORMAR O PERCENTUAL DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DISTRIBUÍDO	7
5.	INFORMAR O MONTANTE DE GLOBAL E O VALOR POR AÇÃO DE DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS COM BASE EM LUCRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7
6.	INFORMAR, DEDUZIDOS OS DIVIDENDOS ANTECIPADOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO JÁ DECLARADOS:	7
7.	CASO TENHA HAVIDO DECLARAÇÃO DE DIVIDENDOS OU JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO COM BASE EM LUCROS APURADOS EM BALANÇOS SEMESTRAIS OU EM PERÍODOS MENORES	8
8.	FORNECER TABELA COMPARATIVA INDICANDO OS SEGUINTE VALORES POR AÇÃO DE CADA ESPÉCIE E CLASSE:	8
9.	HAVENDO DESTINAÇÃO DE LUCROS À RESERVA LEGAL	9
10.	CASO A COMPANHIA POSSUA AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS	9
11.	EM RELAÇÃO AO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO	10
12.	HAVENDO RETENÇÃO DO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO DEVIDO À SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	10
13.	HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVA DE CONTINGÊNCIAS	10
14.	HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVA DE LUCROS A REALIZAR.....	11
15.	HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVAS ESTATUTÁRIAS.....	11
16.	HAVENDO RETENÇÃO DE LUCROS PREVISTA EM ORÇAMENTO DE CAPITAL	11
17.	HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA A RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	11
	§ 1º DO ARTIGO 10º - INCISO III – PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA, SE HOVER.	11
18.	INFORMAÇÕES SOBRE AS MATÉRIAS A SEREM EXAMINADAS E DISCUTIDAS.....	12
18.1	EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	12
18.1.1	APRECIAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E EXAMINAR, DISCUTIR E DELIBERAR ACERCA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022;.....	12
18.1.2	APRECIAR A PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2023;	12
18.1.3	ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA	13
18.1.4	PROPOSTA DE RECONDUÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL.....	13
18.2	EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.....	14
18.2.1	APRECIAR A PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA	14
	- ANEXO I -	16
	COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, CONFORME ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO ICVM 80/2022).....	16

2.1 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:.....	16
2.2 OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:.....	69
2.3 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELO EMISSOR, EXPLORANDO, EM ESPECIAL, AS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS:.....	69
2.8 OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:	77
2.9 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 2.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:.....	78
2.10 OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DA COMPANHIA: 79	
2.11 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO.....	80
ANEXO II	81
INFORMAÇÕES INCLuíDAS NO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, REFERENTE À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO ICVM Nº 81/2022 E INSTRUÇÃO ICVM Nº 80/2022.	81
8.1. DESCREVER A POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:	81
8.2. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E A PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL:.....	84
8.3. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL:.....	86
8.4. EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE: 87	
8.5. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADAS EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 03 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA:.....	87
8.7. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:	87
8.8. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:	87
8.12. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 8.5 A 8.11 (INCLUSIVE MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES):.....	87
8.13. AÇÕES OU QUOTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU QUOTAS, EMITIDOS PELA COMPANHIA, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:	88
8.14. EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS, FORNECER AS SEGUINTE INFORMAÇÕES EM FORMA DE TABELA:.....	88
8.15. EM FORMA DE TABELA, INDICAR, PARA OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, EM RELAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA, E AO CONSELHO FISCAL:	89
8.16. ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTUREM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA (INCLUSIVE CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A COMPANHIA):	91
8.17. PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DA COMPANHIA REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO:.....	91
8.18. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EMISSOR COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER	

RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS:	91
8.19. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS:.....	91
8.20. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:	92
ANEXO III	93
INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO INCLUÍDAS NO ITEM 7 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME INSTRUÇÃO ICVM Nº 80/2022.....	93
7.3 ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:	93
7.3.1 MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	93
7.3.2 MEMBROS DO CONSELHO FISCAL.....	94
7.5 INFORMAR A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE: 94	
7.6 INFORMAR SOBRE RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU CONTROLES MANTIDAS, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DO EMISSOR E:.....	95

1. Relatórios disponibilizados aos Acionistas

Segundo o artigo 10º da ICVM 81/22 a Companhia deve fornecer, aos acionistas da Companhia, os documentos listados a seguir.

A Statkraft está enquadrada no §4º do art.133 da Lei nº 6.404/76, estando à totalidade dos acionistas reunidos na Assembleia-geral, assim encontra-se "sanada a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos neste artigo", entretanto, mantendo a obrigatoriedade da publicação da Proposta da Administração no sistema IPE, que deverá ocorrer antes da realização da reunião da Assembleia Geral Ordinária.

1.1 Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 10º da ICVM 81/22)

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social 2023 foram arquivados na CVM e BM&FBOVESPA no dia 08 de março de 2024 e publicadas nos jornais e Notícias do Dia no dia 28 de março de 2024. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.statkraft.com.br.

1.2 Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência (Inciso III do artigo 10º da ICVM 81/22)

As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I da presente Proposta.

1.3 Relatório dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 10º da ICVM 81/22)

O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

1.4 Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver

Em 12 de Setembro de 2023 o Conselho Fiscal foi destituído devido a compra, pela acionista SKIN (Statkraft Investimentos), da participação da FUNCEF (Fundação dos Economistas Federais). Para 2024 não existe a previsão de constituição do Conselho Fiscal, apesar de sua previsibilidade em estatuto.

1.5 § 1º do artigo 10º - Inciso I – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)

O formulário DFP foi entregue pela Companhia no dia 08 de março 2024, na mesma data de entrega do Relatório da Administração.

1.6 § 1º do artigo 10º - Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo A da ICVM 81/22.

2. Informar o Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 380.979,00 mil em 31 de dezembro de 2023.

3. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

De acordo com o estatuto social, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório correspondente a 5% do lucro líquido, após a apropriação da reserva de lucros. A Administração irá propor distribuir dividendos totais de 5% do valor do lucro líquido. O montante a pagar será de R\$ 18.096,53 mil, que corresponde a R\$ 0,0280239108790363 por ação, cuja data de pagamento será 22 de abril de 2024.

4. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O montante total distribuído corresponderá a 5% do lucro líquido, descontada a constituição da reserva legal.

5. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

O montante a pagar será de R\$ 18.096,53 mil, que corresponde a R\$ 0,0280239108790363 por ação, cuja data de pagamento será 22 de abril de 2024.

6. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O saldo previsto para pagamento de dividendos será de R\$ 18.096,53 mil, correspondente a R\$ 0,0280239108790363 por ação ordinária, correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios, a serem pagos em 22 de abril de 2024.

Referente a juros sobre o capital próprio, o total será de R\$17.000,00 mil, correspondente a R\$ 0,0263258413808591 por ação ordinária, ainda sem data definida de pagamento.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A parcela correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,0280239108790363 por ação) será paga no dia 22 de abril de 2024.

A parcela correspondente aos juros sobre o capital próprios (R\$ 0,0263258413808591 por ação), ainda sem data definida de pagamento.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio

Não se aplica.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data será dia 22 de abril de 2024, data da realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

7. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

R\$ 18.096,53 mil de dividendos e R\$ 17.000,00 mil de juros sobre o capital próprio.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Dividendos: 22 de abril de 2024.

Juros sobre o capital próprio: Ainda sem data definida de pagamento.

8. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 03 (três) exercícios anteriores

i) Lucro (prejuízo) do exercício por ação – R\$

2023	2022	2021
0,58998	0,53523	0,60862

ii) Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – R\$

2023	2021	2022
598,98	608,62	535,23

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Dividendos (em R\$ mil):

2023	2022	2021
18.096	-	-

Juros sobre o capital próprio (em R\$ mil):

2023	2022	2021
17.000	-	-

9. Havendo destinação de lucros à reserva legal**a) Identificar o montante destinado a reserva legal**

O montante destinado a reserva legal foi de R\$ 49.505,00 mil.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

10. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não se aplica.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica.

11. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado;
- 5% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Está previsto pagamento integral dos dividendos mínimos obrigatórios.

c) Informar o montante eventual retido

Não se aplica.

12. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante de resultado destinado a reserva

Não se aplica.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica.

c) Explicar por que a perda foi considerada provável

Não se aplica.

d) Explicar por que a perda foi considerada provável

Não se aplica.

14. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

Não se aplica.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não se aplica.

15. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não se aplica.

b) Identificar o montante destinado a reserva

Não se aplica.

c) Descrever como o montante foi calculado

Não se aplica.

16. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não se aplica.

17. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado a reserva

Não se aplica.

b) Explicar a natureza da destinação

Não se aplica.

§ 1º do artigo 10º - Inciso III – Parecer do comitê de auditoria, se houver.

Desde 12 de setembro de 2023 a Companhia não possui mais um comitê de auditoria.

18. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas

18.1 Em Assembleia Geral Ordinária

18.1.1 Apreciar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e examinar, discutir e deliberar acerca do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;

O Relatório da Administração contém informações sobre a conjuntura macroeconômica e o desempenho financeiro e das operações da Statkraft.

As Demonstrações Financeiras foram arquivadas na CVM e BM&FBOVEPSA no dia 08 de março de 2024 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do Dia em 28 de março de 2024. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.statkraft.com.br

Tais análises demonstram a situação econômico-financeira da Statkraft e evoluções da situação patrimonial ocorridas no exercício social. Dessa forma, é possível avaliar também os índices de liquidez e de lucratividade e o grau de endividamento da Statkraft.

Proposta da Administração

A administração propõe que os acionistas examinem com cuidado todos os documentos disponibilizados pela administração, tendo o Conselho de Administração decidido, por maioria/unanimidade, aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

18.1.2 Apreciar a proposta para destinação do resultado do exercício social findo 31 de dezembro de 2023;

De acordo com o artigo 19, inciso XXII do Estatuto Social, o Conselho de Administração deliberará sobre a proposta de apropriação do lucro líquido do exercício para posterior aprovação na Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária da Companhia.

Definições sobre os Dividendos Mínimos a serem distribuídos de acordo com os Estatutos da SKER:

Dividendos Mínimos	R\$ - Mil
Lucro Líquido 2023	380.979
Reserva Legal (5%)	19.049
Base de cálculo	361.930
Dividendos Mínimos (5%)	18.097

Considerando a demanda de capital esperado de acordo com o planejamento da Companhia, o restante o lucro líquido será destinado a conta de reservas de lucros.

Proposta da Administração

Tendo em vista o lucro realizado no exercício 2023, o valor será pago aos acionistas nos termos acima mencionados.

18.1.3 Alteração na composição do conselho de administração da companhia

No dia 12 de setembro de 2023 a acionista SKIN (Statkraft Investimentos) comprou a participação do acionista minoritário FUNCEF (Fundação dos Economistas Federais), passando a deter 100,00% das ações da Companhia. Em decorrência disto, o Conselho de Administração foi destituído e novos membros tomaram posse na mesma data. As informações dos itens 7.1 a 7.3 do Formulário de Referência, conforme instrução ICVM Nº 80/2022, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

Considerando o acima, a composição do Conselho de Administração da Companhia fica consolidada conforme segue, tendo todos os Conselheiros mandato unificado de 2 (dois) anos, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e que ocorrerá no ano de 2026:

(a) Sra. **INGEBORG DÅRFLOT**, norueguesa, solteira, engenheira, portadora do passaporte nº 34395772, residente e domiciliada em Lilleakerveien 6, NO-0283 Oslo, Noruega, como membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

(b) Sra. **MARTHE HOFF**, norueguesa, casada, economista, portadora do passaporte nº 32756746, residente e domiciliada em Lilleakerveien 6, NO-0283 Oslo, Noruega, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

(c) **FERNANDO CÉSAR CANI**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 3479225, inscrito no CPF sob o nº 041.295.039-10, residente e domiciliado na cidade de Oslo/Noruega, em Rolfsbuktalléen, 2B, 1364, Fornebu, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

18.1.4 Proposta de recondução dos membros do Conselho Fiscal

Em 2024 não existe a previsão de se constituir novamente o Conselho Fiscal da Companhia.

18.2 Em Assembleia Geral Extraordinária

18.2.1 Apreciar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia

De acordo com o artigo 10, parágrafo único, item X, do Estatuto Social, compete à Assembleia Geral de Acionistas fixar a remuneração global dos Conselheiros Estatutários e Conselho de Administração.

A fim de garantir a igualdade interna, a porcentagem proposta para ajustes salariais será definida de acordo com o ajuste salarial dos empregados como resultado das negociações sindicais.

A proposta considera reajuste anual de 5,72%, o que será a mesma estratégia adotada para negociações sindicais para outros funcionários.

Proposta da Administração

O índice proposto para reajuste considera a estimativa da inflação acumulada para o período que seria de aproximadamente 3,72% (IPCA realizado de maio de 2023 a janeiro de 2024 + previsão do IPCA do Banco Central do Brasil (FOCUS20/02/2023) de fevereiro de 2024 a abril de 2024). Como prática nas negociações sindicais, espera-se a aplicação de ganho real que está sendo calculado de até 1%, mais 1% a ser aplicado somente se a taxa real do IPCA for superior a 3,72%, totalizando o teto de 5,72%. Ressaltamos que no ano anterior, o reajuste aplicado foi de 5,18% conforme inflação, com 1% de ganho real.

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2024 até 30 de abril de 2025, prazo estimado entre as AGOs, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Presidente e Vice-Presidentes Estatutários é de R\$ 12.544.623,00 com base no reajuste de 5,72%. O valor engloba também o Conselho de Administração, porém, atualmente, todos os conselheiros são não remunerados. Os valores totais incluem as contribuições propostas para o INSS e FGTS pago pelo empregador e reconhecidas no resultado, pagamento do 13º salário em novembro. O montante inclui estimativa para o Programa de Bônus, sujeito a realização de metas.

A remuneração total do ano de 2023 (janeiro a dezembro de 2023) foi de R\$ 11.184.647,00 incluindo Programa de Bônus de R\$ 1.128.079,00, representando uma redução de 1% quando comparado ao valor aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 18 de abril de 2023, para o período entre 1º de maio de 2023 a 30 de abril de 2024 (R\$ 11.294.761,00). Esta redução é explicada pela reestruturação da área de Headoffice em janeiro de 2023, com 1 posição de Presidente e 5 Vices presidentes, redução de 1(uma) posição de diretor estatutário, alterado para diretor CLT, que não compõe o quadro de vice-presidente e em setembro de 2023 adquiriu a totalidade da participação acionária detida pela FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais ("FUNCEF") na Companhia correspondente à participação de 18,69%, conseqüentemente encerrados e extintos os cargos remunerados de Conselheiro Administrativo e Conselho Fiscal ocupados pela mesma, e pagamento do bônus abaixo do orçado.

De acordo com o artigo 19, inciso XXI do Estatuto Social, o Conselho de Administração deliberará sobre a distribuição da remuneração global estabelecida pela Assembleia Geral.

Nossa política de remuneração é assim expressa:

O Conselho Fiscal foi extinto em 12 de setembro de 2023. Continua tendo sua previsão no estatuto da Companhia, mas atualmente está destituído. Podendo ser composto de três membros titulares e três suplentes, e receber doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2024 a 30 de abril de 2025 a verba anual prevista é R\$ 0,00 (zero) devido ao fato de não estar constituído.

O Conselho de Administração é composto por três membros, todos indicados pela Statkraft e sem remuneração. Com isto, para o período de 01 de maio de 2024 a 30 de abril de 2025 a verba anual prevista é R\$ 0,00 (zero), incluída a contribuição patronal à previdência social.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Presidente, um Vice-presidente de finanças e DRI, um Vice-presidente jurídico regional, um Vice-presidente de operação e manutenção, um Vice-presidente de desenvolvimento e regulatório, um Vice-presidente de assuntos corporativos. Recebe treze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2024 a 30 de abril de 2025 a verba anual prevista é R\$ 12.544.623,00 incluída pró-labore, contribuição patronal à previdência social, FGTS e benefícios. O montante inclui estimativa para o Programa de Bônus, sujeito a realização de metas.

A remuneração para o período entre as AGOs está demonstrada no item 8.20 do anexo II.

- ANEXO I -

**COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA
COMPANHIA, CONFORME ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO
ICVM 80/2022)**

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Afirmação da Statkraft no Brasil

O ano de 2024 representa para a Statkraft no Brasil mais um importante marco na afirmação das ambições desta Companhia em se tornar um importante player no mercado brasileiro, com a finalização das obras e finalização da entrada em operação do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia (518,7 MW) e do Complexo Eólico Morro do Cruzeiro (79,8MW), além do início das obras dos projetos híbridos de Ventos de Santa Eugênia e Morro do Cruzeiro (228 MW), tendo em 2024 também o marco da integração do projeto Rio, aquisição de 2 complexos eólicos no estado do Rio Grande do Norte num total de 260,4 MW com *closing* em 29 de dezembro de 2023.

Plano de crescimento

A Companhia possui atualmente 31 empreendimentos em operação, com uma capacidade instalada própria em operação de 909,2 MW. Em dezembro de 2023 a Statkraft teve o *closing* da aquisição de 2 complexos eólicos localizados no estado do Rio Grande do Norte com um total de 260,4 MW, além da entrada em operação de mais algumas torres de geração de energia do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia. Com previsão de entregas por ainda no primeiro semestre de 2024, o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia adicionará um total de 518,7 MW de capacidade instalada de geração de energia, totalizando 10 novos ativos. Está previsto para junho de 2024 a entrada em operação do complexo Eólico Morro do Cruzeiro, que contará com 2 ativos e adicionará 79,8 MW de capacidade instalada nas operações da companhia. Além disso, a empresa terá início também das obras de construção dos projetos híbridos de VSE e MdC que adicionarão, em conjunto, outros 228,0 MW de energia solar.

Os projetos estão alinhados com a estratégia da Statkraft de ser detentora de portfólios flexíveis de geração renovável por meio do desenvolvimento dos seus próprios projetos, bem como via aquisições seletivas em mercados priorizados. No Brasil, a ambição é crescer de forma robusta para adquirir e otimizar ativos em operação, de forma a incrementar sua capacidade de geração de energia hidráulica, eólica e solar.

b) Estrutura de capital

A Companhia prioriza financiamentos de longo prazo, em moeda nacional, com custos competitivos, com o objetivo de fazer frente aos elevados investimentos requeridos na implantação dos seus projetos de geração de energia, na categoria *project finance* com receita e estrutura de garantias atreladas ao período da sua amortização.

Para suportar aquisições de ativos já em operação, a Companhia também poderá optar por financiamentos de médio prazo.

No 2T20 a Companhia concluiu importantes iniciativas relacionadas à melhoria de sua estrutura de capital (liability management), efetuando o pagamento antecipado dos financiamentos de suas subsidiárias (i) UHE Monel Monjolinho, (ii) PCH Moinho, (iii) PCH Passos Maia e (iv) Complexo Eólico da Bahia. O total da operação de pré-pagamento somou R\$ 360,00 milhões, sendo o valor uma combinação de recursos próprios utilizados (R\$ 105,00 milhões) e recursos de terceiros (R\$ 255,00 milhões).

Adicionalmente, em setembro de 2020, a Companhia captou R\$ 145,00 milhões em um empréstimo ponte para financiamento do início das obras do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia.

A Administração entende que tais iniciativas fortalecem ainda mais a estrutura de capital da Companhia, tornando um perfil de endividamento adequado ao futuro ciclo de investimentos que é esperado.

Em dezembro de 2020, a Companhia celebrou junto ao Banco do Nordeste (BNB) contratos de financiamento de até R\$1.063,00 milhões, no nível das investidas constituídas para o projeto do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo total de 24 anos. O custo médio dessa captação é de 1,25% a.a. adicionado ao IPCA. Os três primeiros desembolsos no total de R\$ 400,00 milhões foram recebidos em junho, setembro e dezembro de 2021, além de R\$ 558,00 milhões em 2022 e R\$ 23,00 milhões em 2023, totalizando R\$980,00 milhões até o dia 31 de dezembro de 2023.

Em 09 de março de 2022 o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. – contrato de financiamento no montante de R\$ 256,70 milhões, no nível das investidas constituídas para o projeto Morro do Cruzeiro. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo total de 22 anos. O custo desta captação foi de 3,61% a.a. adicionados ao IPCA. Ao longo de 2023 a Companhia recebeu o total de R\$ 227,40 milhões.

Em 29 de dezembro de 2023, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante total de R\$ 380,00 milhões, sendo R\$ 350,00 milhões diretamente junto ao banco e R\$ 30,0 milhões contratados através de uma linha junto à AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento), tendo o BNB como agente financeiro. Os contratos possuem carência de 2 anos e prazo total de 20 anos. O custo de captação é de 4,02 % a.a. adicionados ao IPCA para a linha contratada diretamente junto ao BNB (R\$ 350,0 milhões) e de 11% a.a. adicionados ao IPCA para o montante em que o banco é agente (R\$ 30,00 milhões).

Em 29 de dezembro de 2023 a Companhia celebrou junto a EDP a aquisição das sociedades Central Eólica Boqueirão I S.A. e Central Eólica Boqueirão II S.A., as quais detêm financiamento contratado junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 216,00 milhões dos quais 100% já foram desembolsados no nível das entidades que compõem o projeto. Os contratos possuem carência de 3,5 anos e prazo total de 20 anos. Os juros dos contratos são 0,9633% a.a. adicionados ao IPCA.

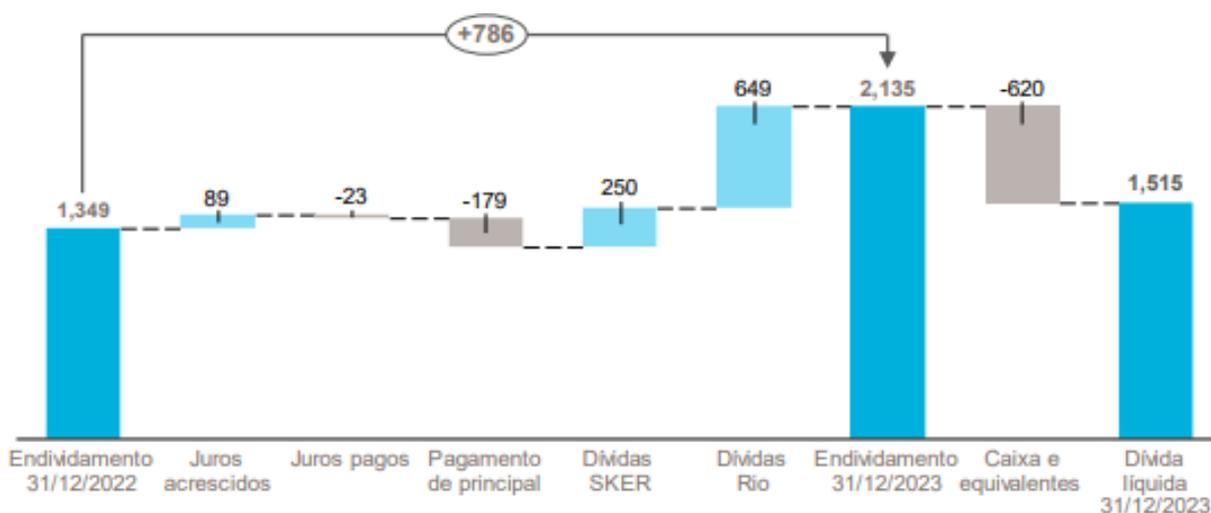
Em 29 de dezembro de 2023 a Companhia celebrou junto a EDP a aquisição da sociedade Jerusalém Holding S.A., a qual detêm financiamento através de suas SPVs, contratado junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social no montante de R\$ 568,00 milhões, dos quais, até 31 de dezembro de 2023, 74% já haviam sido desembolsados. Os contratos possuem carência de 3,5 anos e prazo total de 23 anos. Os juros dos contratos são 4,0% a.a. adicionados ao IPCA.

Em 31 de dezembro de 2023 a dívida líquida somava R\$ 2.135,30 milhões, cuja abertura é demonstrada na tabela abaixo.

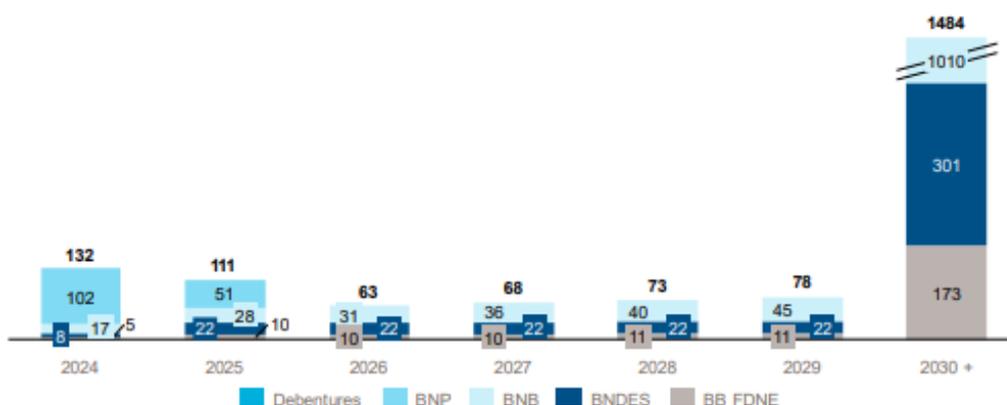
Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Diferença nominal	Var. %
Endividamento	2.135.262	1.349.015	786.247	58,3%
- Financiamento de Obras - BNB	1.329.170	1.011.850	317.320	31,4%
- Financiamento de Obras - BB	229.860	-	229.860	N/A
- Financiamento de Obras - BNDES	419.783	-	419.783	N/A
- Debêntures	-	76.456	-76.456	N/A
- Outros Empréstimos	156.449	260.709	-104.260	-40,0%
Caixa e aplicações financeiras	620.255	712.375	-92.120	-12,9%
Dívida líquida	1.515.007	636.640	878.367	138,0%
EBITDA (últimos 12 meses)	533.275	400.900	132.375	33,0%
Dívida líquida / EBITDA	2,8	1,6	1,3	78,9%

Endividamento

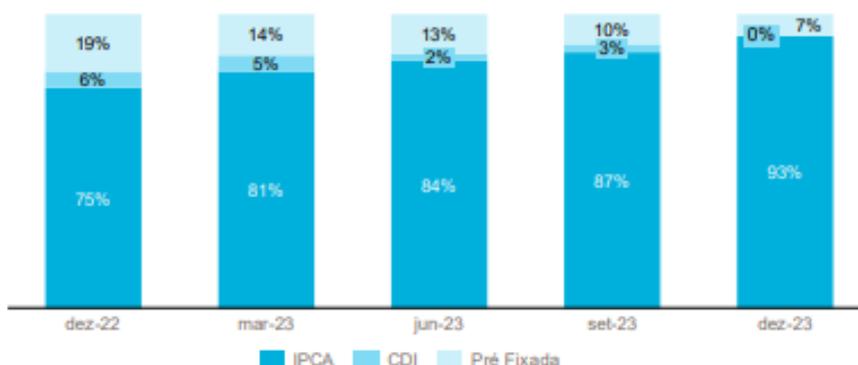
Entre os períodos em análise o endividamento bancário da Companhia cresceu em R\$ 786,00 milhões, explicado pelos desembolsos junto ao BNB para a construção dos parques eólicos que compõem o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia e Morro do Cruzeiro. Adicionalmente, em 29 de dezembro de 2023 a Companhia celebrou a aquisição, junto a EDP, das sociedades Jerusalém Holding S.A., Central Eólica Boqueirão I S.A. e Central Eólica Boqueirão II S.A., as quais detinham financiamentos contratados junto ao Banco do Brasil e ao BNDES, conforme apresentados no quadro anterior e representado no gráfico abaixo como “Dívidas Rio”.



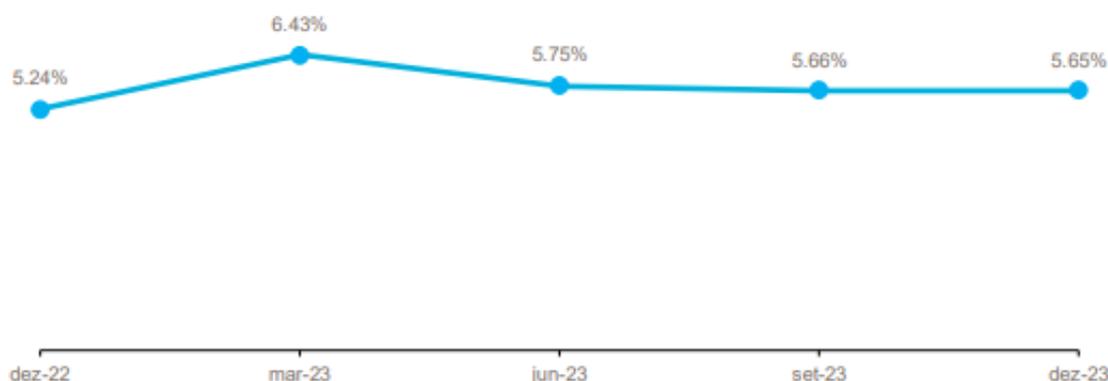
O cronograma de amortização do endividamento, em 31 de dezembro de 2023, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):



Em dezembro de 2023, a participação da dívida atrelada ao CDI foi zerada, devido ao pagamento das debêntures, restando uma dívida composta por 7% pré-fixada e 93% atreladas ao IPCA, representados pelas dívidas contratadas junto ao BNB, Banco do Brasil e BNDES.

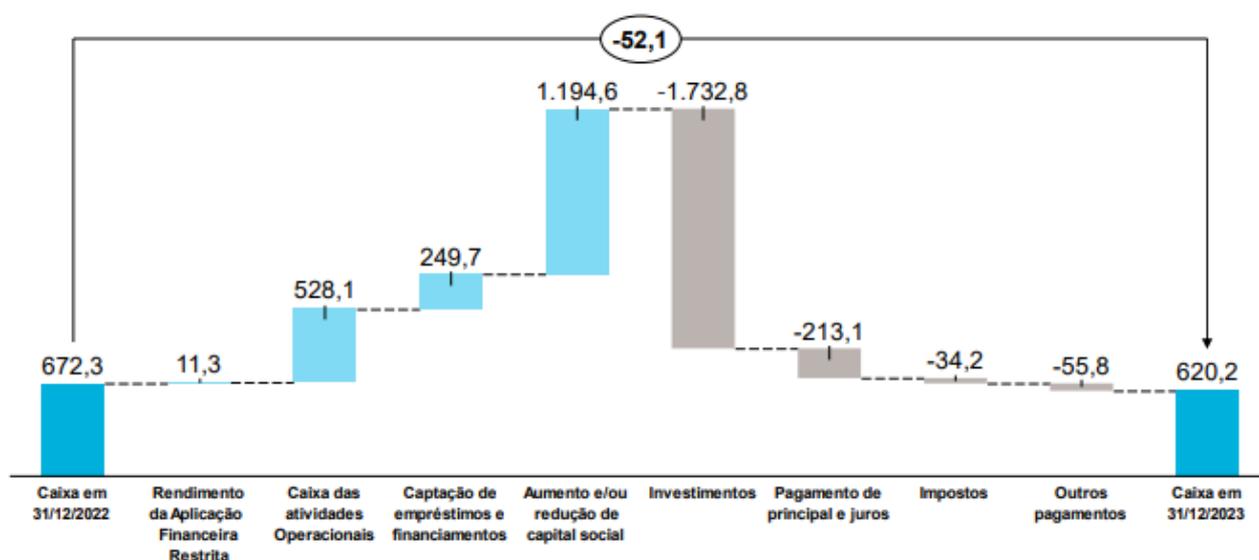


Em dezembro de 2023, o custo médio ponderado da dívida totalizou 5,65%, uma redução de 0,01 p.p em relação à setembro de 2023, mantendo-se estável. O cálculo do custo médio ponderado é obtido pela multiplicação do custo nominal de cada financiamento em sua perpetuidade, por seu peso relativo no consolidado ajustado no tempo.



Caixa e aplicações financeiras

Entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023 houve redução de R\$ 52,10 milhões no saldo de caixa e aplicações financeiras. A companhia havia registrado um total de R\$ 672,30 milhões em dezembro de 2022 e fechou o período de dezembro de 2023 com o total de R\$ 620,20 milhões de reais em caixa. O saldo de caixa e aplicações financeiras de 31 de dezembro de 2023 considera um saldo de R\$ 60,50 milhões referente ao saldo de aplicação financeira restrita vinculado ao financiamento do BNB. O saldo do caixa em 31 de dezembro de 2023 é composto pelo saldo de 31 de dezembro de 2022 acrescidos da variação da aplicação financeira restrita no valor de R\$ 11,30 milhões, da geração de caixa operacional no total de R\$ 528,10 milhões, pela captação de financiamentos no valor total de R\$ 249,70 milhões do desembolso junto ao BNB para a construção dos parques eólicos que compõem o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia e Morro do Cruzeiro e pela injeção de capital de seu acionista no valor total de R\$ 1.194,60 milhões destinados a compra de dois parques eólicos operacionais no Estado do Rio Grande do Norte junto a EDP Renováveis Brasil S.A e aos projetos VSE e MdC em fase final de construção. O caixa foi atenuado pelos investimentos realizados no período de R\$ 1.732,80 milhões, pelos pagamentos de principal e juros de empréstimos de R\$ 213,10 milhões, pagamentos de impostos e encargos no valor total de R\$ 34,20 milhões, além de outros pagamentos no total de R\$ 55,80 milhões.



c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento e posição de liquidez da companhia, a Diretoria acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores já contratados, embora não haja garantias que tal situação permanecerá sem alterações nos demais exercícios sociais. Abaixo são apresentados os principais e mais recentes eventos de readequação do perfil da dívida da Companhia:

- Em 2023 foi captado um montante de R\$249,70 milhões de reais;
- A Companhia teve um caixa advindo das atividades operacionais de R\$ 528,10 milhões de reais;
- Ao longo de 2023 houve também o pagamento de um montante de R\$213,10 milhões (pagamento de principal e juros) e o montante de R\$55,80 milhões (outros pagamentos).

Importante ressaltar que a companhia detém um fluxo de caixa recorrente e previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo. Este fator reforça a solidez e segurança com os compromissos financeiros assumidos pela companhia.

d) Fontes e financiamento para capital de giro e para investimentos não-circulantes utilizadas

Pretendemos manter a estratégia de captação de recursos de longo prazo para cobertura de parcela relevante dos investimentos necessários para a implantação dos nossos projetos. Mais especificamente, pretendemos continuar captando tais recursos (i) por intermédio de nossas SPEs titulares de concessões ou autorizações, e (ii) de instituições financeiras de fomento, na modalidade de *project finance*.

Não possuímos necessidades relevantes de capital de giro. Caso surjam demandas desta natureza, as instituições financeiras de fomento, assim como os bancos comerciais, possuem linhas de financiamento específicas para estas necessidades de caixa. De toda forma, acreditamos que estamos atualmente em condições de contratar tais financiamentos para custear nossas necessidades de caixa.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Somos uma empresa que investe em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. Nossas fontes de recursos são através de (i) aportes de capital de nossos controladores (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias e (iii) recebimento de dividendos de nossas subsidiárias em operação.

Nosso bloco de controle é formado pela Statkraft Investimentos Ltda que detém 100,00% das ações da Companhia.

Acreditamos que à medida que nossa capacidade instalada cresça, os dividendos que recebemos das nossas subsidiárias também aumentem. De forma geral, o fluxo de dividendos de nossas subsidiárias é crescente, uma vez que parte substancial de suas despesas está atrelada ao pagamento de encargos bancários atrelados ao financiamento de longo prazo, cujo valor é decrescente ao longo do tempo.

Para necessidades de caixa de curto prazo, podemos recorrer a empréstimos na forma de mútuos que também poderão vir a ser transformados em aporte de capital. Adicionalmente poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

As tabelas apresentadas abaixo demonstram o nosso endividamento, em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os empréstimos mantidos pelo Grupo são em sua totalidade oriundos dos financiamentos de construção das suas SPEs ou para aquisição de ativos, e têm sua composição assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
(a) Financiamento de obras - BNB (a)	-	-	1.329.166	1.011.850
(b) Financiamento de obras - BB (b)	-	-	229.860	-
(c) Financiamento de obras - BNDES (c)	-	-	419.783	-
(d) Debêntures (d)	-	76.456	-	76.456
(e) Outros Empréstimos (e)	156.453	260.709	156.453	260.709
Total de financiamentos e debêntures	156.453	337.165	2.135.262	1.349.015
Apresentados como:				
Passivo circulante	105.453	184.165	271.660	184.165
Passivo não circulante	51.000	153.000	1.863.602	1.164.850

- **Financiamento de obras – Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

No decorrer do 4º trimestre de 2020, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante de até R\$1.062.724,00, dos quais, em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 92,2% já foram desembolsados no nível das investidas constituídas para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados, garantias bancárias atreladas e prazo total de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA.

Em 9 de março de 2022, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante de R\$256.729,00, dos quais, até 31 de dezembro de 2023, aproximadamente 88,6% já foram desembolsados no nível das investidas constituídas para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Morro do Cruzeiro.

Os contratos possuem carência de 3 anos e prazo total de 22 anos. O custo de captação compreende juros de 3,6113% a.a. adicionados ao IPCA.

Adicionalmente, com finalidade de viabilizar o projeto solar híbrido do Grupo, conforme mencionado na nota explicativa 1.1. em 29 de dezembro de 2023, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento, no montante total de R\$ 380.000,00, sendo R\$ 350.000,00 diretamente junto ao banco e R\$ 30.000,00 contratados através de uma linha junto à AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento), tendo o BNB como agente financeiro. Os contratos possuem carência de 2 anos e prazo total de 20 anos. O custo de captação é de 4,0195% a.a. adicionados ao IPCA para a linha contratada diretamente junto ao BNB (R\$ 350.000,00) e de 11% a.a. adicionados ao IPCA para o montante em que o banco é agente (R\$ 30.000,00). Até 31 de dezembro de 2023 não houve desembolso.

- **Financiamento de obras – Banco do Brasil S.A.**

Em 29 de dezembro de 2023 a Companhia celebrou junto a EDP a aquisição das

sociedades Central Eólica Boqueirão I S.A. e Central Eólica Boqueirão II S.A., as quais detêm financiamento contratado junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 215.994,00, dos quais 100% já foram desembolsados no nível das entidades que compõem o projeto. Os contratos possuem carência de 3,5 anos e prazo total de 20 anos. Os juros dos contratos são 0,9633% a.a. adicionados ao IPCA.

- **Financiamento de obras – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

Em 29 de dezembro de 2023 a Companhia celebrou junto a EDP a aquisição da sociedade Jerusalém Holding S.A., a qual detém financiamento através de suas SPVs, contratado junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social no montante de R\$ 568.000,00, dos quais, até 31 de dezembro de 2023, 74% já haviam sido desembolsados. Os contratos possuem carência de 3 anos e meio anos e prazo total de 23 anos. Os juros dos contratos são 4,000% a.a. adicionados ao IPCA.

- **Debêntures**

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 230.000,00 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$ 1,00 (mil reais), e prazo de vencimento de 5 anos, sendo a primeira amortização liquidada em junho de 2021. A última amortização ocorreu em dezembro de 2023.

Conforme previsto na escritura de emissão, após o atingimento de algumas condições precedentes a operação passou a não possuir garantias, o que foi atingido ainda em 2018, sendo as principais características juros remuneratórios e “*covenants*” especificados a seguir:

- (i) **Juros remuneratórios**

Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 0,95% ao ano calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis decorridos, desde a primeira taxa de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

- (ii) **Cláusulas de Eventos de Inadimplemento**

A escritura de debêntures possui cláusula que requer que, durante o período de amortização do contrato, a Companhia acompanhe em bases semestrais o índice financeiro calculado por meio da dívida líquida sobre EBITDA igual ou menor do que 3,5x. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 2,8x para 31 de dezembro de 2023 (1,7x para 31 de dezembro de 2022), ou seja, está adimplente para os referidos exercícios.

- **Outros empréstimos**

- (i) **Gerenciamento da dívida**

Em 20 de fevereiro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$255.000,00 com o Banco BNP Paribas Brasil. Esse contrato está amparado pela Lei 4.131 de setembro de 1962. O empréstimo foi utilizado para realizar aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade de liquidação de dívidas a nível das investidas junto aos bancos BNB e BNDES. A taxa de juros fixa é de 6,5% a.a., e a dívida está denominada em reais. As garantias estão atreladas aos recebíveis oriundos de alguns contratos de longo prazo de venda de energia da Companhia. Para evitar vencimento antecipado, a Companhia terá que manter seu índice de dívida líquida sobre EBITDA menor ou igual a 3,5x semestralmente, a partir de 3 de junho de 22. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 2,8x para 31 de dezembro de 2023 (1,7x para 31 de dezembro de 2022). As amortizações ocorrerão por meio de parcelas iguais e semestrais, com o primeiro vencimento em 27 fevereiro de 2023 encerrando em 27 de fevereiro de 2025.

(ii) Empréstimo ponte para construção

Em 08 de setembro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$145.000,00 por meio do aditamento do contrato constante do item c.1 acima. O empréstimo foi utilizado para aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade construção. A taxa de juros fixa foi determinada em 4,5% a.a. e condições de amortização do principal em 08 de junho de 2022 e amortização dos juros em parcelas trimestrais iniciando em 08 de dezembro de 22 e encerrando em 08 de junho de 2022. O referido empréstimo ponte teve seu montante principal e juros remanescentes quitados em 08 de junho de 2022.

A movimentação dos financiamentos do Grupo pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2022	558.813	970.974
Captação de financiamentos	-	558.620
Custos e encargos a apropriar	-	(9.374)
Pagamento de principal	(221.637)	(221.637)
Pagamento de encargos	(37.267)	(37.267)
Juros capitalizados	2.863	53.306
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	34.393	34.393
Saldo em 31 de dezembro de 2022	337.165	1.349.015
Aquisição de controlada (Nota 11)	-	649.644
Captação de financiamentos	-	249.681
Custos e encargos a apropriar	-	(11.303)
Pagamento de principal	(178.728)	(178.728)
Pagamento de encargos	(23.066)	(23.066)
Juros capitalizados	-	74.388
Custos e encargos apropriados no resultado	21.082	25.631
Saldo em 31 de dezembro de 2023	156.453	2.135.262

Abaixo é demonstrado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo das empresas do grupo:

Em 31 de dezembro de 2023	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Financiamento de obras - BNB	28.416	30.981	36.285	40.112	1.054.436	1.190.230
Financiamento de obras - BB	13.090	13.090	13.090	13.090	157.086	209.446
Financiamento de obras - BNDES	21.638	21.638	21.638	21.638	326.374	412.926
Outros Empréstimos	51.000	-	-	-	-	51.000
Total	114.144	65.709	71.013	74.840	1.537.896	1.863.602

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

O financiamento junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil, voltado para o projeto VSE, possui um total aprovado de R\$ 1.062,30 milhões de reais, sendo que deste montante, a empresa já recebeu R\$ 400,00 milhões em 2021, R\$ 558,00 milhões em 2022 e outros R\$ 23,00 milhões em 2023, totalizando assim R\$ 980,00 milhões de reais no período, ou seja, 92,3% do valor total aprovado.

Já para MdC, o total aprovado é de R\$ 256,70 milhões, sendo que deste montante, a empresa já recebeu R\$ 227,40 milhões em 2023, ou seja, 88,6% do valor total aprovado.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a nossa estrutura patrimonial e nosso resultado operacional baseia-se nas informações financeiras resultantes de nossas Demonstrações Financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

• **ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Ativo (R\$ mil)	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Var. %
Circulante	818.646	836.714	-2,2%
Caixa e equivalentes de caixa	559.750	584.145	-4,2%
Aplicação financeira restrita	5.206	64.115	-91,9%
Contas a receber	143.399	107.372	33,6%
Partes relacionadas	2.794	0	N/A
Dividendos a receber	16.051	12.633	27,1%
Estoques	14.833	14.039	5,7%
Tributos a recuperar	37.123	18.752	98,0%
Imposto de renda e contribuição social	0	0	N/A
Repactuação do risco hidrológico	380	1.063	-64,3%
Ativos não circulantes mantidos para venda	15.047	16.633	-9,5%
Outros ativos	24.063	17.962	34,0%
Não Circulante	6.700.885	4.125.708	62,4%
Aplicação financeira restrita	55.299	24.082	129,6%
Tributos a recuperar	0	0	N/A
Contas a receber	28.212	25.334	11,4%
Partes relacionadas	0	0	N/A
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	180	-100,0%
Repactuação do risco hidrológico	1.255	1.635	-23,2%
Outros ativos	7.857	6.332	24,1%
Propriedades para investimento	1.542	2.239	-31,1%
Operações descontinuadas	0	0	N/A
Investimentos ao valor justo	7.322	7.571	-3,3%
Investimentos	61.950	53.288	16,3%
Imobilizado	5.761.304	3.643.903	58,1%
Intangível	776.144	361.144	114,9%
Total Ativo	7.519.531	4.962.422	51,5%

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas contas bancárias em moeda funcional e pelas aplicações financeiras com liquidez imediata, esta conta teve uma redução de 4,2% em seu saldo no dia 31 de dezembro de 2023 quando comparado com 2022.

A Companhia acumula volume de caixa e equivalentes de caixa decorrente à postergação de marcos na construção dos projetos Morro do Cruzeiro e Ventos de Santa Eugênia. Esta disponibilidade será consumida à medida que os compromissos contratuais forem realizados. As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e Operações Compromissadas, com rentabilidade média de 101,28% para a controladora e de 100,85% para o consolidado (101,08% para a controladora e de 100,69% para o consolidado em 31 de dezembro de 2022), referenciada no CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições ou risco de alterações significativas em seus valores justos.

Contas a receber circulante e não circulante

Composto por: (i) fornecimento de energia elétrica: saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, dos contratos regulados e contratos bilaterais, das operações de venda de energia da controlada SKERCOM e outros contratos, com prazo médio de vencimento de 35 dias; (ii) saldo de mercado de curto prazo: Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no mercado de curto prazo; e (iii) geração excedente aos contratos CER: Saldo referente ao excedente de geração de energia entre 100% e 130% ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem os parques eólicos em operação do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa e atualizados pelo índice IPCA. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses.

Dividendos a receber

Em 2023 a investida PCH Passos Maia (controlada em conjunto) destinou para SKER dividendos no montante de R\$ 4,10 milhões e Ceran – Companhia Energética Rio das Antas destinou dividendos no montante de R\$ 12,00 milhões.

Estoques

Saldo de materiais em almoxarifado para operação e manutenção das usinas em operação.

Repactuação do risco hidrológico circulante e não circulante

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de atingiu R\$ 1,60 milhões, frente ao saldo de R\$ 2,70 milhões em 31 de dezembro de 2022. A variação é da apropriação de ativo regulatório decorrente da adesão à repactuação dos riscos hidrológicos.

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2023, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$ 818,60 milhões, apresentando queda de 2,2% em comparação a 31 de dezembro de 2022, quando atingiu R\$ 836,70 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Investimentos ao valor justo

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de Investimentos ao valor justo atingiu R\$ 7,30 milhões, representando diminuição de 3,3% em comparação com 31 de dezembro de 2022, quando atingiu R\$ 7,60 milhões. A diminuição deu-se em função de ajuste de avaliação patrimonial de -R\$ 0,30 milhões relacionados, em sua maioria, ao investimento junto a Usina Hidrelétrica Ceran.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de “Investimentos” atingiu R\$ 61,00 milhões, representando aumento de 16,3% em comparação com 31 de dezembro de 2022, quando atingiu R\$ 53,30 milhões. O aumento deu-se pelos resultados: (i) da controlada em conjunto PCH Passos Maia atribuíveis a Statkraft R\$ 17,1 milhões, abatidos dos dividendos destinados R\$ 7,40 milhões. Outras movimentações como aporte de capital no total de R\$ 9,80 milhões atenuado pela redução de capital no total de R\$ 11,30 milhões justificam a variação da linha de investimentos.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$ 5.761,30 milhões, representando aumento de 58,1% em comparação com 31 de dezembro de 2022, quando atingiu R\$ 3.643,90 milhões. O aumento deu-se, essencialmente, por conta das adições realizadas em 2023 no valor de R\$ 2.117,40 milhões, tendo como parte relevante de sua composição os valores pagos pelas subsidiárias envolvidas nos projetos Ventos de Santa Eugênia e Morro do Cruzeiro, principalmente ao fornecedor de aerogeradores.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de “Intangível” atingiu R\$ 776,10 milhões, representando aumento de 114,9% em comparação com 31 de dezembro de 2022, quando atingiu R\$ 361,10 milhões. O aumento deu-se por conta de intangível reconhecido nos contratos de energia da Companhia.

Total do ativo não circulante

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2023, o saldo de “Total do ativo não circulante” atingiu R\$ 6.700,90 milhões, apresentando aumento de 62,4% em comparação a 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 4.125,70 milhões.

Total do ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2023, o saldo de “Total do ativo” atingiu R\$ 7.519,50 milhões, 51,5% acima do ativo de 31 de dezembro de 2022, quando atingiu R\$ 4.962,40 milhões.

• **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Passivo (R\$ mil)	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Var. %
Circulante	581.990	392.837	48,2%
Fornecedores	108.311	69.473	55,9%
Financiamentos e debêntures	271.660	184.165	47,5%
Partes relacionadas	20.470	70.881	-71,1%
Concessões a pagar	14.598	15.714	-7,1%
Salários e encargos sociais	17.719	14.116	25,5%
Arrendamentos	3.247	4.432	-26,7%
Tributos a recolher	64.057	11.182	472,9%
Imposto de renda e contribuição social	2.563	5.268	-51,3%
Dividendos a pagar	18.097	11.296	60,2%
Outros passivos	61.268	6.310	871,0%
Não Circulante	2.176.197	1.365.604	59,4%
Financiamentos e debêntures	1.863.602	1.164.850	60,0%
Concessões a pagar	90.736	98.002	-7,4%
Tributos a recolher	1.025	925	10,8%
Imposto de renda e contribuição social	6907	780	785,5%
Partes relacionadas	0	0	N/A
Provisão para remoção de imobilizado	27.116	26.495	2,3%
Arrendamentos	14.433	10.295	40,2%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	7.561	17.669	-57,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	161.703	43.801	269,2%
Outros passivos	3.114	2.787	11,7%
Total Passivo	2.758.187	1.758.441	56,9%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora	4.761.344	3.203.981	48,6%
Capital social	3.815.294	2.620.650	45,6%
Reservas de Lucros	933.883	571.000	63,6%
Ajuste de avaliação patrimonial	12.160	12.324	-1,3%
Lucros Acumulados	0	0	N/A
Participação de não controladores	7	7	0,0%
Total do passivo e patrimônio líquido	7.519.531	4.962.422	51,5%

CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de “Fornecedores” atingiu R\$ 108,30 milhões, apresentando aumento de 55,9% em comparação com 31 de dezembro de 2022, quando atingiu R\$ 69,50 milhões. A variação observada dá-se, principalmente, devido aos aumentos dos passivos com fornecedores de materiais e serviços no valor de R\$ 41,30 milhões, atenuado pela redução de R\$ 4,80 milhões referentes a contratos de compra de energia elétrica.

Financiamentos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de “Financiamentos e debêntures” atingiu R\$ 2.135,30 milhões circulante e não circulante, apresentando um aumento de 58,3% em comparação com 31 de dezembro de 2022, quando atingiu R\$ 1.349,00 milhões. Este passivo é composto por (i) financiamento de obras – BNB, com variação positiva de R\$ 317,30 milhões; (ii) financiamento de obras – BB, com variação positiva de R\$ 229,90 milhões; (iii) financiamento de obras – BNDES, com variação positiva de R\$ 419,80 milhões; (iv) debêntures, com variação negativa de -R\$ 76,50 milhões e (v) outros empréstimos, com variação negativa de -R\$ 104,30 milhões.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de “Partes Relacionadas” atingiu R\$ 20,50 milhões, apresentando redução de 71,1% em comparação com 31 de dezembro de 2022, quando atingiu R\$ 70,90 milhão. Saldo de mútuo devido pela Companhia à acionista Statkraft Investimentos Ltda., com prazo indeterminado e juros remuneratórios vinculados ao CDI. Este tema estava sendo tratado em uma arbitragem pelos acionistas da Companhia. Decorrente da conclusão desta arbitragem, a Administração avaliou com base na alteração do tratamento contábil desta operação, resultando na baixa integral do passivo com parte relacionada a partir de 31 de março de 2023

Concessões a pagar (circulante e não circulante)

O saldo de concessões a pagar em 31 de dezembro de 2023, circulante e não circulante, totaliza R\$ 105,30 milhões, diminuindo 7,4% quando comparado com 31 de dezembro de 2022 quando apresentava o montante de R\$ 113,70 milhões. A variação do saldo é impactada pelos pagamentos ao longo de 2023 (R\$ 14,20 milhões) e pela atualização monetária do saldo devedor pelo IGPM (R\$ 5,80 milhões).

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2023 o saldo da conta “Total do passivo circulante” atingiu R\$ 582,00 milhões, apresentando uma diminuição de 3,7% em comparação com 31 de dezembro de 2022, quando atingiu R\$ 392,80 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários era de R\$ 7,60 milhões, apresentando uma diminuição de 57,2% frente ao saldo do exercício anterior, quando apresentava um saldo de R\$ 17,70 milhões. A diminuição é composta, principalmente, pela reversão de provisão no valor de -R\$ 10,20 milhões.

Total do passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2023 o saldo da conta “Total do passivo não circulante” atingiu R\$ 2.176,20 milhões, apresentando um aumento de 59,4% em comparação com 31 de dezembro de 2022, quando atingiu R\$ 1.365,60 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 o patrimônio líquido da Companhia representava R\$ 4.761,30 milhões, sendo o aumento de 48,6% na comparação com 31 de dezembro de 2022, quando representou R\$ 3.203,90 milhões. A variação deu-se, principalmente, devido a (i) aumento do capital social no valor de R\$ 1.194,60 milhões; (ii) lucro líquido do período no valor de R\$ 381,00 milhões; (iii) reversão de dividendos de exercícios anteriores no valor de R\$ 11,30 milhões; e (iv) destinação de dividendos obrigatórios no valor de R\$18,10 milhões.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2023, o saldo de “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$ 7.519,50 milhões, frente ao saldo 31 de dezembro de 2022, quando atingiu R\$ 4.962,40 milhões.

• **COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

Demonstração do Resultado do Exercício - R\$ mil	2023	2022	Var %
Receita líquida	944.636	861.883	9,6%
Custo do fornecimento de energia elétrica	(419.564)	(461.242)	-9,0%
Custo da revenda de mercadorias	0	0	N/A
Custo dos serviços prestados	(12.161)	(7.176)	69,5%
Lucro bruto	512.911	393.465	30,4%
Despesas	(85.863)	(101.428)	-15,3%
Gerais e administrativas	(175.141)	(142.238)	23,1%
Outras (despesas) receitas	72.323	19.907	263,3%
Equivalência patrimonial	16.764	20.549	-18,4%
Dividendos	191	354	-46,0%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	427.048	292.037	46,2%
Resultado financeiro	41.185	16.253	153,4%
Despesas financeiras	(56.817)	(70.404)	-19,3%
Receitas Financeiras	98.002	86.657	13,1%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	468.233	308.290	51,9%
Imposto de renda e contribuição social	(87.254)	(70.476)	23,8%
Resultado proveniente de operações descontinuadas	0	0	N/A
Lucro líquido do período	380.979	237.814	60,2%
Acionistas da Controladora	0	0	N/A
Participação de não controladores	-	-	-

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No 4T23 a receita operacional líquida somou R\$ 234,30 milhões, 7,1% maior do que a receita líquida apurada no mesmo período de 2022, quando o valor foi de R\$ 218,00 milhões. Já no 12M23 a receita operacional líquida somou R\$ 944,60 milhões o que representa 9,6% de aumento em comparação ao mesmo período de 2022, quando a receita operacional líquida totalizou R\$ 861,90 milhões. Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	4T23	4T22	Var %	12M23	12M22	Var %
Receita Líquida Total	234.338	218.799	7,1%	944.636	861.883	9,6%
Fornecimento de energia	234.747	218.316	7,5%	944.517	860.628	9,7%
- Contrato de energia de reserva – CER	32.214	29.208	10,3%	121.050	108.155	11,9%
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	42.476	34.643	22,6%	160.274	149.667	7,1%
- Programa de Incentivo às Fontes Al. de Energia Elétrica (PROINFA)	35.398	37.494	-5,6%	145.801	143.665	1,5%
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	117.288	94.170	24,5%	444.870	366.793	21,3%
- Contrato Bilateral Regulado (CBR)	34.559	35.630	-3,0%	139.390	131.484	6,0%
- Mercado de curto prazo (CCEE)	3.262	6.618	-50,7%	27.220	30.833	-11,7%
- Tributos sobre a venda de energia elétrica	(30.450)	(19.520)	56,0%	(94.088)	(71.920)	30,8%
- Outras Receitas (venda de certificados de energia renovável)	-	74	-100,0%	-	1.952	-
Outros serviços	(409)	483	-184,7%	119	1.255	-90,5%

Contrato de Energia de Reserva (CER)

Quando comparado com o mesmo período do ano anterior, em 4T23 houve aumento de R\$ 3,00 milhões e nos 12M23 houve aumento de R\$ 12,90 milhões, impactado, principalmente pelo reajuste de IPCA, além da geração superior em 2,3%.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)

Os contratos apresentaram aumento de R\$ 7,80 milhões no 4T23 e R\$ 10,60 milhões no 12M23 quando comparado com os mesmos períodos de 2022, devido, em sua maior parte aos efeitos da sazonalização dos contratos entre os meses e pelo reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA e IGP-M.

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monjolinho, PCH Santa Fé e SKER (ativos Tamar).

Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

Quando comparado com o mesmo período do ano anterior, em 4T23 houve uma redução de R\$ 2,10 milhões, devido a deflação do IGPM no período. Já no 12M23 houve um aumento de R\$ 2,10 milhões quando comparado com o mesmo período de 2022, devido, essencialmente, ao reajuste vinculado ao IGP-M de 2022.

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa, as quais adeririam ao seguro regulatório (Resolução Normativa nº 684/ANEEL), optando pelo produto SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)

O aumento de R\$ 23,10 milhões no 4T23 quando comparado com o 4T22, e de R\$ 78,10 milhões no 12M23 quando comparado com o 12M22 deram-se, principalmente pelo maior volume nos contratos de vendas da comercializadora SKERCom, além da correção por inflação dos ativos operacionais.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho, UHE Suíça e SKER (ativos Tamar) e comercializadora SKERCom.

Contrato Bilateral Regulado (CBR)

Os contratos apresentaram redução de R\$ 1,10 milhão no 4T23, e aumento de R\$ 7,90 milhões no 12M23, quando comparados aos mesmos períodos de 2022, principalmente pelo reajuste de inflação vinculado ao IGP-M e aumento do efeito dos contratos de Cessão da CERAN.

As receitas decorrentes do CBR são provenientes da SKER (ativos Tamar) e Cessão dos contratos de CERAN.

Mercado de Curto Prazo (CCEE)

A redução de R\$ 3,40 milhões no 4T23 em comparação ao 4T22, ocorreu, principalmente, devido a diferença da posição energética do portfólio nos respectivos anos, atrelado ainda à diferentes níveis de PLD e GSF observados. No 12M23 houve redução de R\$ 3,60 milhões quando comparado com o mesmo período de 2022. Houve ainda fatores não operacionais envolvidos (encargos, recontabilizações, ajustes financeiros, saldo de liquidação por inadimplência etc.) que impactaram o comportamento observado na contabilização energética na comparação dos períodos de 2023 e 2022.

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais no 4T23 totalizaram R\$ 116,40 milhões, representando redução de 7,3% na comparação com o 4T22, quando o valor foi de R\$ 125,50 milhões. No 12M23 os custos totalizaram R\$ 431,70 milhões apresentando redução de 7,8% na comparação com o mesmo período de 2022, quando o valor total foi de R\$ 468,40 milhões. Os componentes dos custos operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Custos Operacionais (R\$ mil)	4T23	4T22	Var %	12M23	12M22	Var %
Custo Total	116.435	125.547	-7,3%	431.725	468.418	-7,8%
Custo do fornecimento de energia elétrica	104.721	123.196	-15,0%	419.564	461.242	-9,0%
- Depreciação e amortização	25.865	27.506	-6,0%	102.619	105.726	-2,9%
- Encargos setoriais	14.990	11.253	33,2%	57.650	32.301	78,5%
- Custo com compra de energia elétrica	47.988	79.640	-39,7%	226.413	304.265	-25,6%

- Seguro regulatório	1.702	1.609	5,8%	6.798	6.613	2,8%
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	14.176	3.188	344,6%	26.084	12.337	111,4%
Custo dos serviços prestados	11.714	2.351	398,3%	12.161	7.176	69,5%

Depreciação e Amortização

O custo com depreciação e amortização totalizou R\$ 25,90 milhões no 4T23, redução de 6,0% em relação ao 4T22 quando totalizou R\$ 27,50 milhões, no 12M23 o total foi de R\$ 102,60 milhões representando redução de 2,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior, tais reduções são justificadas pela extensão da vida útil dos ativos relacionados a energia eólica, parcialmente compensado pela entrada em operação de parte dos ativos de Ventos de Santa Eugênia.

Encargos Setoriais

O aumento de 33,2% no 4T23 e de 78,5% no 12M23, ambos quando comparados com os respectivos períodos de 2022, deram-se, essencialmente, devido aos encargos relacionados ao início da operação de Ventos de Santa Eugênia (VSE) e ao reajuste das tarifas CCD e CUSD pelo IGP-M.

Seguro Regulatório

O aumento de 5,8% no 4T23 quando comparado com 4T22 e de 2,8% no 12M23 quando comparado com 12M22, deram-se, essencialmente, devido a sazonalização da apropriação do seguro no período.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

No 4T23 a rubrica é composta, essencialmente, pelo prêmio do seguro contra risco operacional, de responsabilidade civil e construção, além de serviços de operação e seguro regulatório. A variação entre os períodos de 2023 comparados com 2022, deve-se, principalmente, ao prêmio de seguros de lucro cessante relacionados a Ventos de Santa Eugênia.

Custo dos serviços prestados

Neste grupo são apresentados os gastos relacionados a salários dos mantenedores das plantas e aos serviços de O&M prestados pela Controladora para suas subsidiárias. Em 2023 houve a mudança na contabilização do reconhecimento entre custo e despesa, que justifica a diferença entre os valores apresentados.

DESPESAS (RECEITAS) GERAIS

As despesas/receitas gerais da companhia, apresentaram no 4T23 crescimento de R\$ 3,80 milhões, na comparação com 4T22, quando totalizou R\$ 49,40 milhões. No 12M23, a

companhia apresentou redução das despesas/receitas gerais de R\$ 19,50 milhões na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	4T23	4T22	Var %	12M23	12M22	Var %
Despesas Totais	53.265	49.418	7,8%	102.818	122.331	-16,0%
- Gerais e Administrativas totais	57.439	40.466	41,9%	175.141	142.238	23,1%
- Salários e encargos	8.369	13.152	-36,4%	58.610	51.728	13,3%
- Gerais e administrativas	45.075	21.055	114,1%	85.523	68.744	24,4%
- Custo da revenda de mercadorias	0	0	n.a	0	0	n.a
- Remuneração dos administradores	2.873	2.920	-1,6%	11.157	10.829	3,0%
- Encargos setoriais	1.814	1.244	45,8%	5.679	4.769	19,1%
- Depreciação e amortização	1.087	813	33,7%	3.608	3.138	15,0%
- Com estudos em desenvolvimento	(1.779)	1.282	-238,8%	10.564	3.030	248,6%
- Outras despesas (receitas)	(4.174)	8.952	-146,6%	(72.323)	(19.907)	263,3%

Salários e encargos

A variação observada no 12M23 quando comparado ao mesmo período de 2022, apresenta aumento devido, essencialmente, (i) ao crescimento do total de funcionários alinhado com o plano de crescimento da Companhia, (ii) reestruturação estratégica realizada globalmente pelo grupo, (iii) ao acordo coletivo ocorrido em maio de 2023, (iv) pelo início das operações de Ventos de Santa Eugênia, causando uma redução nas horas capitalizáveis e (v) devido à mudança do critério de alocação de gastos que fez com que despesas de salários e encargos antes consideradas como outros serviços fossem reclassificadas como salários e encargos dentro do grupo de despesas gerais. Em 2023 houve uma mudança na contabilização do reconhecimento entre custo e despesa, gerando a variação entre os anos apresentados.

Gerais e administrativas

No 4T23 houve aumento de R\$ 24,00 milhões quando comparado ao 4T22 e de R\$ 16,80 milhões no 12M23 comparado com 12M22 ocorreu, principalmente, devido ao aumento de gastos com serviços de terceiros para os processos de *due diligence*, com impostos e taxas e gastos com materiais.

Remuneração dos Administradores

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Administradores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. No 4T23 os valores apurados, apresentam redução de R\$ 47,00 mil quando comparado com o mesmo período do ano anterior. No 12M23 quando comparado ao mesmo período do ano anterior, apresenta aumento de R\$ 0,30 milhão. As variações estão associadas aos reajustes anuais pela inflação atenuadas pela saída dos conselheiros por parte do ex-

acionista minoritário da Companhia, restando apenas conselheiros não remunerados no Conselho de Administração.

Encargos Setoriais

No 4T23 houve aumento de R\$ 0,60 milhão quando comparado ao 4T22 e de R\$ 0,90 milhão no 12M23, devido, principalmente, ao aumento de taxas regulatórias como taxa ANEEL, CFURH, TFSEE atreladas ao aumento nos volumes de energia.

Estudos e Desenvolvimento

Esta linha contempla os gastos com desenvolvimento de projetos e segue alinhado com a estratégia de crescimento da companhia. Entre o 3T23 e o 4T23, devido ao avanço dos projetos híbridos de VSE e MdC, houve efeito de capitalização dos gastos no período.

Outras despesas (receitas)

O resultado decorrente de outras despesas ou receitas no 4T23 e no acumulado do 12M23 foi impactado, principalmente, quando comparado aos mesmos períodos de 2022, pela reversão da provisão de mútuo no 1T23, parcialmente compensando por receitas referentes a ressarcimentos de lucros cessantes e danos materiais de pequenos sinistros que ocorreram e por fim, do reembolso de gastos com o desenvolvimento de projeto *greenfield* e provisionamento para riscos cíveis, trabalhistas e tributários que ocorreram também em 2022.

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

No 4T23 o resultado de participação societárias totalizou uma receita de R\$ 1,30 milhões, uma variação positiva de R\$11,90 milhões quando comparado com 4T22 quando apresentou valor de -R\$ 10,60 milhões. Já no 12M23 o total de participação societária foi de R\$ 17,00 milhões, apresentando redução de 18,9% quando comparado ao mesmo período de 2022.

Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado das subsidiárias Passos Maia Energética S.A. (50%) e CERAN (5%), sendo esta considerada como investimento em coligada sob o método de equivalência patrimonial, alterando assim seu método de classificação desde junho de 2022. No 4T22 o valor negativo é resultado essencialmente da provisão para contingência legal no nível da subsidiária Passos Maia S.A

RESULTADO FINANCEIRO

No 4T23 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 22,50 milhões, variação de R\$ 35,8 milhões na comparação com o mesmo período de 2022 que teve um resultado financeiro correspondente a uma receita líquida de R\$ 13,30 milhões. Já no 12M23 o resultado financeiro totalizou uma receita de R\$ 41,20 milhões, um aumento de R\$ 24,90 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior, quando o resultado financeiro correspondeu a uma receita líquida de R\$ 16,30 milhões. Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T23	4T22	Var %	12M23	12M22	Var %
Receitas financeiras	3.071	25.024	-87,7%	98.002	86.657	13,1%
- Com aplicações financeiras (i)	3.082	24.905	-87,6%	67.465	85.827	-21,4%
- Variação monetária ativa	(10)	117	-108,5%	311	652	-52,3%
- Juros sobre contrato de mútuo (ii)	-	-	N/A	30.190	-	N/A
- Juros e correções monetárias sobre provisão para contingências	-	-	N/A	-	-	N/A
- Outras receitas financeiras	(1)	2	-150,0%	36	178	-79,8%
Despesas financeiras	(25.567)	(11.724)	118,1%	(56.817)	(70.404)	-19,3%
- Com financiamentos (iii)	(6.199)	(8.379)	-26,0%	(26.427)	(34.420)	-23,2%
- Juros sobre o capital próprio (iv)	(17.000)	-	N/A	(17.000)	-	N/A
- IOF, multa e juros sobre tributos	(279)	(522)	-46,6%	(1.210)	(2.155)	-43,9%
- Variação monetária passiva	(336)	(31)	983,9%	(780)	(968)	-19,4%
- Concessões a pagar e outras despesas (v)	(2.358)	689	-442,2%	(5.806)	(16.494)	-64,8%
- Juros sobre contrato de mútuo (vi)	-	(1.900)	-100,0%	(1.993)	(10.217)	-80,5%
- Juros sobre arrendamento mercantil	(48)	(477)	-89,9%	(117)	(928)	-87,4%
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(332)	(311)	6,8%	(1.379)	(1.378)	0,1%
- Outras despesas financeiras	985	(793)	-224,2%	(2.105)	(3.844)	-45,2%
Resultado Financeiro	(22.496)	13.300	-269,1%	41.185	16.253	153,4%

Receitas Financeiras

No 4T23 as receitas financeiras atingiram R\$ 3,10 milhões, representando redução de R\$ 22,10 milhões na comparação com o 4T22. Já no 12M23 a receita financeira totalizou R\$ 98,00 milhões, apresentando aumento de R\$ 12,70 milhões quando comparado ao mesmo período de 2022. A variação no acumulado do ano é decorrente, principalmente, (i) do menor rendimento sobre aplicações financeiras em função do menor saldo médio de caixa além da redução das taxas média de CDI apurado no período e (ii) reversão dos juros sobre o contrato de mútuo.

Despesas Financeiras

No 4T23 as despesas financeiras totalizaram o valor de R\$ 25,60 milhões, apresentando aumento de 118,1% na comparação com o 4T22 e no 12M23 a companhia registrou

despesa financeira no valor de R\$ 56,80 milhões, apresentando redução de R\$ 13,60 milhões quando comparado ao mesmo período de 2022 devido, principalmente, a: (iii) redução nas despesas com financiamentos devido a redução do saldo devedor; (iv) pagamento de JCP (juros sobre o capital próprio) visando a gestão eficaz da disponibilidade de caixa da companhia; (v) redução nas despesas com concessões a pagar devido a variação negativa do IGPM em 2023; (vi) redução nas despesas com juros sobre contrato de mútuo devido a reversão ocorrida no 1T23.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Statkraft optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real nas empresas SKER e SKER COM. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

No 4T23 o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo negativo de R\$ 15,30 milhões, uma variação comparada ao 4T22 de 11,0%. No 12M23 o total dessa linha foi de R\$ 87,30 milhões, apresentando um aumento de 23,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, pautado além do maior lucro realizado no período, também pela reversão do contrato de mútuo, que impactou a base de cálculo de IR e CSLL dos anos anteriores.

LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO

No 4T23 foi registrado lucro líquido de R\$ 28,20 milhões, comparado a um lucro líquido de R\$ 32,80 milhões registrados no 4T22. Já no 12M23 o lucro líquido totalizou R\$ 381,00 milhões, registrando um aumento de 60,2% quando comparado ao 12M22, quando totalizou R\$ 237,80 milhões. Tais aumentos registrados são em função do lucro bruto superior, que foi impactado, principalmente, pelo crescimento da receita bruta da companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA no 4T23 totalizou R\$ 92,90 milhões, apresentando um aumento de 50,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, já no 12M23 o EBITDA total foi de R\$ 533,30 milhões apresentando um aumento de 33,0% quando comparado ao mesmo período de 2022, tendo sido impactado positivamente pela reversão do contrato de mútuo no primeiro trimestre de 2023. Devido a isto, é apresentado também o EBITDA recorrente que desconsidera o efeito desta reversão do contrato de mútuo e apresentou no 12M23 o total de R\$ 494,70 milhões e um crescimento de 23,4% em relação ao 12M22. As variações ocorreram em função, principalmente, do melhor resultado operacional no período. A margem EBITDA no 4T23 apresentou aumento de 11,5 p.p. na comparação com o 4T22 e 10,0 p.p quando comparados o 12M23 e 12M22, já para o EBITDA recorrente a variação foi de 5,9 p.p.

EBITDA (R\$ mil)	4T23	4T22	Var %	12M23	12M22	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	28.184	32.789	-14,0%	380.979	237.814	60,2%
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	15.284	13.768	11,0%	87.254	70.476	23,8%
(+) Despesas financeiras líquidas	22.496	(13.300)	-269,1%	(41.185)	(16.253)	153,4%
(+) Depreciação, amortização	26.952	28.319	-4,8%	106.227	108.864	-2,4%
(+) Operação descontinuada	0	0	N/A	0	0	N/A
EBITDA – ICVM nº 527	92.916	61.576	50,9%	533.275	400.901	33,0%
(-) Reversão contrato mútuo	0	0	N/A	(38.600)	0	N/A
EBITDA – Recorrente	92.916	61.576	50,9%	494.675	400.901	23,4%
Receita Líquida	234.338	218.799	7,1%	944.636	861.883	9,6%
Margem EBITDA (%)	39,7%	28,1%	11,5 p.p	56,5%	46,5%	10,0 p.p
Margem EBITDA recorrente (%)	39,7%	28,1%	11,5 p.p	52,4%	46,5%	5,9 p.p

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

- ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

ATIVO	31.12.2022	AV %	31.12.2021	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	584.145	11,77%	186.403	5,43%	213,38%
Aplicação financeira restrita	64.115	1,29%	-	0,00%	n/a
Contas a receber	107.372	2,16%	61.926	1,80%	73,39%
Dividendos a receber	12.633	0,25%	2.982	0,09%	323,64%
Estoques	14.039	0,28%	8.027	0,23%	74,90%
Tributos a recuperar	18.752	0,38%	19.194	0,56%	-2,30%
Repactuação do risco hidrológico	1.063	0,02%	970	0,03%	9,59%
Outros ativos	17.962	0,36%	14.006	0,41%	28,25%
Ativo não circulante mantidos para venda	16.633	0,34%	-	0,00%	n/a
Total do ativo circulante	836.714	16,86%	293.508	8,55%	185,07%
NÃO CIRCULANTE					
Aplicação financeira restrita	24.082	0,49%	14.842	0,43%	62,26%
Contas a receber	25.334	0,51%	17.424	0,51%	45,40%
Partes relacionadas	-	0,00%	-	0,00%	n/a
Imposto de renda e contribuição social diferidos	180	0,00%	180	0,01%	0,00%
Repactuação do risco hidrológico	1.635	0,03%	2.698	0,08%	-39,40%
Propriedades para investimento	2.239	0,05%	19.092	0,56%	-88,27%
Operações descontinuadas	-	0,00%	-	0,00%	n/a
Investimentos ao valor justo	7.571	0,15%	84.434	2,46%	-91,03%
Outros ativos	6.332	0,13%	6.498	0,19%	-2,55%
Investimentos	53.288	1,07%	46.892	1,37%	13,64%
Imobilizado	3.643.903	73,43%	2.554.763	74,44%	42,63%
Intangível	361.144	7,28%	391.586	11,41%	-7,77%
Total do ativo não circulante	4.125.708	83,14%	3.138.409	91,45%	31,46%
TOTAL DO ATIVO	4.962.422	100,00%	3.431.917	100,00%	44,60%

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

A variação positiva de R\$ 397,7 milhões em 2022 quando comparada a 2021 se deve, principalmente à postergação de marcos na construção dos projetos Morro do Cruzeiro e Ventos de Santa Eugênia. Esta disponibilidade será consumida à medida que os compromissos contratuais forem realizados.

Aplicação financeira restrita circulante e não circulante

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) para o custeio das obras das usinas eólicas das controladas pertencentes ao projeto Ventos de Santa Eugênia (vide nota explicativa nº 1.1), tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada “conta reserva”, que visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o banco. As aplicações financeiras restritas são constituídas de forma prévia baseadas na taxa média de 2,26% sobre o valor desembolsado até o referido período e limitado a um valor fixo determinado por Companhia, mantido por todo o prazo do financiamento. A rentabilidade está referenciada no CDI.

Contas a receber circulante e não circulante

A variação positiva do saldo de contas a receber está substancialmente vinculada a (i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, dos contratos regulados e contratos bilaterais, das operações de venda de energia da controlada SKERCOM e outros contratos, com prazo médio de vencimento de 35 dias; (ii) Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no mercado de curto prazo; (iii) Saldo mantido no ativo não circulante referente ao excedente de geração de energia entre 100% e 130% ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem os parques eólicos em operação do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa e atualizados pelo índice IPCA. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses; e (iv) Saldos de contas a receber com partes relacionadas referente a venda de energia e saldos a receber decorrente de redução de capital, serviço de administração do proprietário e serviços de O&M (operação e manutenção) das controladas e controlada em conjunto com vencimento médio de 28 dias.

Dividendos a receber

Em 2022 a investida PCH Passos Maia (controlada em conjunto) destinou para SKER dividendos no montante de R\$ 1,10 milhões e Ceran – Companhia Energética Rio das Antas destinou dividendos no montante de R\$ 11,50 milhões.

Estoques

Saldo de materiais em almoxarifado para operação e manutenção das usinas em operação.

Repactuação do risco hidrológico circulante e não circulante

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de atingiu R\$ 2,70 milhões, frente ao saldo de R\$ 3,70 milhões em 31 de dezembro de 2021. A variação é da apropriação de ativo regulatório decorrente da adesão à repactuação dos riscos hidrológicos.

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$ 836,70 milhões, apresentando queda de 185,07% em comparação a 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 293,50 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Investimentos ao valor justo

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de “Investimentos não controlados ao valor justo” atingiu R\$ 7,60 milhões, representando diminuição de 91,0% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 84,40 milhões. A diminuição deu-se em função de ajuste de avaliação patrimonial de -R\$ 25,30 milhões e reclassificação de investimento mensurado ao valor justo para o método de equivalência patrimonial no total de -R\$ 51,60 milhões ambos relacionados, em sua maioria, ao investimento junto a Usina Hidrelétrica Ceran.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de “Investimentos” atingiu R\$ 53,30 milhões, representando aumento de 13,6% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 46,90 milhões. O aumento deu-se pelos resultados: (i) da controlada em conjunto PCH Passos Maia atribuíveis a Statkraft R\$ 4,60 milhões, Ceran – Companhia Energética Rio das Antas R\$ 15,90 milhões, abatidos dos dividendos destinados R\$ 12,40 milhões e outras movimentações em investimentos R\$ 1,80 milhões.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$ 3.643,90 milhões, representando aumento de 42,6% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 2.554,80 milhões. O aumento deu-se, essencialmente, por conta das adições realizadas em 2022 no valor de R\$ 1.180,80 milhões, tendo como parte relevante de sua composição os valores pagos pelas subsidiárias envolvidas no projeto Ventos de Santa Eugênia ao fornecedor de turbinas para início da construção do parque eólico, atenuado pela depreciação incorrida em 2022 no valor -R\$ 78,10 milhões.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de “Intangível” atingiu R\$ 361,10 milhões, representando diminuição de 7,8% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 391,60 milhões. A diminuição deu-se por conta de maiores amortizações no período no total de R\$30,80 milhões, devido, principalmente, a extensão do prazo de concessão das usinas no ativo intangível no total de R\$96.364,00 reconhecido em 2021.

Total do ativo não circulante

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Total do ativo não circulante” atingiu R\$ 4.125,70 milhões, apresentando aumento de 31,5% em comparação a 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 3.138,40 milhões.

Total do ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Total do ativo” atingiu R\$ 4.962,40 milhões, 44,6% acima do ativo de 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 3.431,90 milhões.

• **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2022	AV %	31.12.2021	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Fornecedores	69.473	1,40%	32.787	0,96%	111,89%
Financiamentos e debêntures	184.165	3,71%	244.953	7,14%	-24,82%
Partes relacionadas	70.881	1,43%	61.409	1,79%	15,42%
Concessões a pagar	15.714	0,32%	14.605	0,43%	7,59%
Salários e encargos sociais	14.116	0,28%	13.326	0,39%	5,93%
Arrendamentos	4.432	0,09%	4.261	0,12%	4,01%
Tributos a recolher	11.182	0,23%	12.839	0,37%	-12,91%
Imposto de renda e contribuição social	5.268	0,11%	3.896	0,11%	35,22%
Dividendos a pagar	11.296	0,23%	8.722	0,25%	29,51%
Outros passivos	6.310	0,13%	11.195	0,33%	-43,64%
Total do passivo circulante	392.837	7,92%	407.993	11,89%	-3,71%
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e debêntures	1.164.850	23,47%	726.021	21,15%	60,44%
Concessões a pagar	98.002	1,97%	96.215	2,80%	1,86%
Tributos a recolher	925	0,02%	636	0,02%	45,44%
Imposto de renda e contribuição social	780	0,02%	537	0,02%	45,25%
Provisão para remoção de imobilizado	26.495	0,53%	65.937	1,92%	-59,82%
Arrendamentos	10.295	0,21%	13.706	0,40%	-24,89%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17.669	0,36%	7.848	0,23%	125,14%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	43.801	0,88%	42.344	1,23%	3,44%
Provisão para passivo a descoberto	0	0,00%	-	n/a	n/a
Outros passivos	2.787	0,06%	2.842	0,08%	-1,94%
Total do passivo não circulante	1.365.604	27,52%	956.086	27,86%	42,83%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	2.620.650	52,81%	1.671.910	48,72%	56,75%
Reservas de Lucros	571.000	11,51%	335.760	9,78%	70,06%
Ajuste de avaliação patrimonial	12.324	0,25%	60.161	1,75%	-79,51%
	3.203.974	64,56%	2.067.831	60,25%	54,94%
Participação de não controladores	7	0,00%	7	0,00%	0,00%
Total do patrimônio líquido	3.203.981	64,56%	2.067.838	60,25%	54,94%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.962.422	100,00%	3.431.917	100,00%	44,60%

CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Fornecedores” atingiu R\$ 69,50 milhões, apresentando aumento de 111,9% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 32,80 milhões. A variação observada dá-se, principalmente, devido aos aumentos dos passivos com fornecedores de materiais e serviços no valor de R\$ 10,00 milhões, além de outros R\$ 27,50 milhões referentes a contratos de compra de energia elétrica.

Financiamentos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Financiamentos e debêntures” atingiu R\$ 1.349,00 milhões circulante e não circulante, apresentando um aumento de 38,9% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 971,00 milhões. Este passivo é composto por (i) financiamento de obras – BNB, com variação positiva de R\$599,70 milhões; (ii) debêntures, com variação negativa de -R\$ 76,40 milhões e (iii) outros empréstimos, com variação negativa de -R\$ 145,50 milhões.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Partes Relacionadas” atingiu R\$ 70,90 milhões, apresentando aumento de 15,5% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 61,40 milhão. A variação observada dá-se por conta, principalmente, do saldo de mútuo R\$ 10,30 milhões devido pela Companhia à acionista Statkraft Investimentos Ltda., com prazo indeterminado e juros remuneratórios vinculados ao CDI.

Concessões a pagar (circulante e não circulante)

O saldo de concessões a pagar em 31 de dezembro de 2022, circulante e não circulante, totaliza R\$ 113,70 milhões, aumentando 2,6% quando comparado com 31 de dezembro de 2021 quando apresentava o montante de R\$ 110,80 milhões. A variação do saldo é impactada pelos pagamentos ao longo de 2022 (R\$ 13,60 milhões) e pela atualização monetário do saldo devedor pelo IGPM (R\$ 16,50 milhões).

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2022 o saldo da conta “Total do passivo circulante” atingiu R\$ 392,80 milhões, apresentando uma diminuição de 3,7% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 408,00 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários era de R\$ 17,70 milhões, apresentando um aumento de 126,9% frente ao saldo do exercício anterior, quando apresentava um saldo de R\$ 7,80 milhões. O aumento está composto pela adição de provisão no valor de R\$ 9,50 milhões, atualização no valor de R\$ 0,50 milhão e na reversão de provisão no valor de -R\$ 0,20 milhões.

Total do passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2022 o saldo da conta “Total do passivo não circulante” atingiu R\$ 1.365,60 milhões, apresentando um aumento de 42,8% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 956,10 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 o patrimônio líquido da Companhia representava R\$ 3.203,90 milhões, sendo o aumento de 54,9% na comparação com 31 de dezembro de 2021, quando representou R\$ 2.067,80 milhões. A variação deu-se, principalmente, devido a (i) aumento do capital social no valor de R\$ 948,70 milhões; (ii) lucro líquido do período no valor de R\$ 237,80 milhões; (iii) ajuste de avaliação patrimonial de -R\$ 47,80 milhões; (iv) reversão de dividendos de exercícios anteriores no valor de R\$ 8,70 milhões; e (v) destinação de dividendos obrigatórios no valor de R\$11,30 milhões.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$ 4.962,40 milhões, frente ao saldo 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 3.431,90 milhões.

• **COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

Demonstração do Resultado do Exercício - R\$ mil	2022	2021	Var %
Receita líquida	861.883	565.054	52,5%
Custo do fornecimento de energia elétrica	(461.242)	(297.232)	55,2%
Repactuação do risco hidrológico	0	96.364	-100,0%
Custo dos serviços prestados	(7.176)	(4.923)	45,8%
Lucro bruto	393.465	359.224	9,5%
Despesas	(101.427)	(120.320)	-15,7%
Gerais e administrativas	(142.238)	(120.468)	18,1%
Outras (despesas) receitas	19.908	(13.298)	-249,7%
Equivalência patrimonial	20.549	12.555	63,7%
Dividendos auferidos	354	891	-60,3%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	292.038	238.904	22,2%
Resultado financeiro	16.253	(27.308)	-159,5%
Despesas financeiras	(70.404)	(61.328)	14,8%
Receitas Financeiras	86.657	34.020	154,7%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	308.291	211.596	45,7%
Imposto de renda e contribuição social	(70.476)	(27.799)	153,5%
Resultado proveniente de operações descontinuadas	0	(178)	-100,0%
Lucro líquido do período	237.815	183.619	29,5%
Acionistas da Controladora	0	0	N/A
Participação de não controladores	-	-	-

Receita Operacional líquida

A receita operacional líquida somou R\$ 861,90 milhões, 52,5% maior do que a receita líquida apurada no mesmo período de 2021.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2022	2021	Var %
Receita Líquida Total	861.883	565.054	52,5%
Fornecimento de energia	860.866	564.454	52,5%
- Contrato de energia de reserva – CER	119.926	102.221	17,3%
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	153.305	144.903	5,8%
- Programa de Incentivo às Fontes Al. de Energia Elétrica (PROINFA)	143.665	119.643	20,1%
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	351.384	62.296	464,1%
- Contrato Bilateral Regulado (CBR)	131.484	96.603	36,1%
- Mercado de curto prazo (CCEE)	30.833	80.883	-61,9%
- Tributos sobre a venda de energia elétrica	(71.682)	(42.369)	69,2%
- Outras Receitas (venda de certificados de energia renovável)	1.952	274	612,4%
Outros serviços	1.017	600	69,5%

Contrato de Energia de Reserva (CER)

Em 2022 houve um incremento de R\$ 17,70 milhões, devido ao reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA além do aumento do excedente em R\$ 12,00 milhões.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)

Em 2022 o aumento de R\$ 9,60 milhões quando comparado com 2021 é, em sua maior parte, decorrente do reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA e IGP-M e efeito da sazonalização dos contratos entre os meses, principalmente no último trimestre.

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monjolinho, PCH Santa Fé e SKER (ativos Tamar).

Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

O aumento de R\$ 24,00 milhões em 2022 quando comparado com 2021 deu-se, essencialmente, ao reajuste vinculado ao IGP-M.

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa, as quais adeririam ao seguro regulatório (Resolução Normativa nº 684/ANEEL), optando pelo produto SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)

O aumento de R\$ 294,40 milhões em 2022 quando comparado com 2021 deu-se, principalmente, aos novos contratos de vendas da comercializadora SKERCom relacionados aos ativos de Ventos de Santa Eugênia.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho, UHE Suíça e SKER (ativos Tamar) e comercializadora SKERCom.

Contrato Bilateral Regulado (CBR)

O aumento de R\$ 34,80 milhões em 2022 em comparação com 2021 ocorreu, principalmente, devido ao reajuste de inflação vinculado ao IGP-M, efeito da sazonalização dos contratos entre os meses do ano e decorrente a Cessão dos contratos de CERAN a partir de 15 de fevereiro de 2022.

As receitas decorrentes do CBR são provenientes da SKER (ativos Tamar) e Cessão dos contratos de CERAN.

Mercado de Curto Prazo (CCEE)

A redução de R\$ 50,00 milhões em 2022 em comparação com 2021 ocorreu, principalmente, devido a diferença da posição energética do portfólio nos respectivos anos, atrelado ainda à diferentes níveis de PLD e GSF observados, compensado por fatores não operacionais (encargos, recontabilizações, ajustes financeiros, saldo de liquidação por inadimplência etc.) que inverteram o comportamento observado na contabilização energética na comparação com 2021.

Custos operacionais

Em 2022 os custos operacionais totalizaram R\$ 468,40 milhões, um aumento de 55,0% em relação a 2020.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela a seguir:

Custos Operacionais (R\$ mil)	2022	2021	Var %
Custo Total	468.418	302.155	55,0%
Custo do fornecimento de energia elétrica	461.242	297.232	55,2%
- Depreciação e amortização	105.724	104.795	0,9%
- Encargos setoriais	32.301	21.610	49,5%
- Custo com compra de energia elétrica	304.265	157.109	93,7%
- Seguro regulatório	6.613	6.137	7,8%
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	12.339	7.581	62,7%
Custo dos serviços prestados	7.176	4.923	45,8%
- Outros serviços	7.176	4.923	45,8%

Depreciação e Amortização

O custo com depreciação e amortização totalizou R\$ 105,70 milhões em 2022, um aumento de 0,9% quando comparado com o ano anterior. Tal desempenho segue em linha, apontando leve variação quando comparado a 2021 devido, principalmente, à repactuação do risco hidrológico reconhecido após o 3T21, que causou um aumento no ativo intangível impactando diretamente no acréscimo de valor depreciado/amortizado, conforme Lei nº 14.052/2020, compensado pela entrada de operação de VSE.

Encargos Setoriais

O aumento de 49,5% em 2022 quando comparado com 2021 deu-se, essencialmente, devido aos encargos relacionados a operação de Ventos de Santa Eugênia (VSE) e ao reajuste das tarifas CCD e CUSD pelo IGP-M.

Custo com Compra de Energia Elétrica

Dentre os principais custos, a compra de energia em 2022 totalizou R\$ 304,30 milhões, representando um aumento de 93,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Grande parte foram voltadas para suprir o volume de energia vendida através da comercializadora SKERCom relacionados aos ativos de Ventos de Santa Eugênia e uma pequena parte para operações de hedge.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

A variação observada entre 2022 e 2021 deve-se, principalmente, ao prêmio de seguros de construção de Ventos de Santa Eugênia e de Morro do Cruzeiro, que não são capitalizáveis.

Outros Serviços

Neste grupo são apresentados os gastos relacionados a salários dos mantenedores das plantas e aos serviços de O&M prestados pela Controladora para suas subsidiárias. No período, houve um aumento de 45,8% nos gastos devido, principalmente, a entrada em operação de Complexo Eólico de Ventos de Santa Eugênia.

Despesas (receitas) gerais

Em 2022 o total de despesas foi de R\$ 122,30 milhões, uma queda de 8,5% em relação a 2021.

Despesas Gerais (R\$ mil)	2022	2021	Var %
Despesas Totais	122.330	133.766	-8,5%
- Gerais e Administrativas totais	142.238	120.468	18,1%
- Salários e encargos	51.728	46.402	11,5%
- Gerais e administrativas	68.745	51.967	32,3%
- Remuneração dos administradores	10.829	9.178	18,0%
- Encargos setoriais	4.769	2.613	82,5%
- Depreciação e amortização	3.138	3.343	-6,1%
- Com estudos em desenvolvimento	3.030	6.965	-56,5%
- Outras despesas (receitas)	(19.908)	13.298	249,7%

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Salários e encargos

A variação observada em 2022 quando comparado a 2021, apresenta um aumento de 11,5% essencialmente devido ao crescimento do total de funcionários alinhado com o plano de crescimento da Companhia e ao acordo coletivo ocorrido em maio de 2022 aliado ao plano de bônus dos colaboradores.

Gerais e administrativas

Em 2022, o aumento de R\$ 16,80 milhões deu-se, principalmente, por gastos com processo de diligência em projeto de M&A, além das atividades de construção não capitalizáveis.

Remuneração dos Administradores

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Administradores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. Em 2022 os valores apurados, apresentam um aumento de R\$ 1,70 milhão quando comparado com 2021 decorrente, principalmente, do ajuste de inflação, inclusão do FGTS e novo plano de remuneração variável.

Encargos Setoriais

Em 2022 os gastos com encargos setoriais foram maiores do que 2021 devido ao retorno das operações da PCH São João, início das atividades de VSE, além do aumento da inflação diretamente relacionado ao CFURH.

Estudos e Desenvolvimento

Esta linha contempla os gastos com desenvolvimento de projetos que, em função do cenário regulatório em 2022, teve parte dos seus dispêndios designados para o ano seguinte, com isso apresentando redução no período. Vale destacar que ainda assim segue alinhado com a estratégia de crescimento da companhia conforme seu planejamento estratégico. As ações estão também, alinhadas com estratégias de M&A que vem sendo adotadas.

Outras despesas (receitas)

O resultado decorrente de outras despesas ou receitas totalizou R\$ 19,90 milhões em 2022, devido, principalmente, a provisão para contingência legal de Moinho S.A, além dos ressarcimentos de lucros cessantes e danos materiais relacionados a sinistros cobertos pelo seguro e do reembolso dos gastos de desenvolvimento do projeto *greenfield* Sakura.

Resultado de participação societária

Em 2022 o resultado de participações societárias totalizou ganho de R\$ 20,90 milhões contra um ganho de R\$ 13,40 milhões em 2021. Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Ganho (perda) provenientes participações societárias (R\$ mil)	2022	2021	Var %
- Equivalência patrimonial	20.549	12.555	63,7%
- Dividendos auferidos	354	891	-60,3%
Resultado de participações	20.903	13.446	55,5%

Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado das subsidiárias Passos Maia Energética S.A. (50%) e CERAN (5%), sendo esta considerada como investimento em coligada sob o método de equivalência patrimonial, alterando assim seu método de classificação desde junho de 2022.

Dividendos auferidos

Composta pelos dividendos reconhecidos da Dona Francisca (2,12%) e CERAN (5%).

Resultado financeiro

Em 2022 o resultado financeiro correspondeu a uma receita líquida de R\$ 16,30 milhões contra uma despesa líquida de R\$ 27,30 milhões em 2021.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2022	2021	Var %
Receitas financeiras	86.657	34.020	154,7%
- Com aplicações financeiras (i)	85.827	24.389	251,9%
- Variação monetária ativa	652	398	63,8%
- Juros sobre contrato de mútuo	0	95	-100,0%
- Juros e correções monetárias sobre provisão para contingências	0	8.814	-100,0%
- Outras receitas financeiras	178	324	-45,1%
Despesas financeiras	(70.404)	(61.328)	14,8%
- Com financiamentos (ii)	(34.420)	(28.118)	22,4%
- Comissão de fiança e garantias	0	0	N/A
- IOF, multa e juros sobre tributos	(2.155)	(1.514)	42,3%
- Variação monetária passiva	(968)	(407)	137,8%
- Concessões a pagar e outras despesas (iii)	(16.494)	(27.206)	-39,4%
- Juros sobre contrato de mútuo (iv)	(10.217)	(987)	935,2%
- Juros sobre arrendamento mercantil	(928)	(1.286)	-27,8%
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.378)	(1.370)	0,6%
- Outras despesas financeiras	(3.844)	(440)	773,6%
Resultado Financeiro	16.253	(27.308)	-159,5%

Receitas Financeiras

Em 2022 as receitas financeiras totalizaram R\$ 86,70 milhões, representando um aumento de 154,7% quando comparado a 2021. Tal variação é decorrente, principalmente, (i) do maior rendimento sobre aplicações financeiras em função do maior saldo médio de caixa e CDI apurado no período.

Despesas Financeiras

Em 2022 as despesas financeiras totalizaram R\$ 70,40 milhões, representando um aumento de 14,8% quando comparado a 2021 devido, principalmente, a (ii) aumento da alíquota de CDI compensada pelo saldo menor da dívida, (iii) por ser um ativo financeiro, houve redução das concessões a pagar devido ao impacto da inflação no saldo e (iv) maior alíquota de CDI sobre o saldo de mútuo, reversão do desconto nos juros compensados parcialmente pela baixa da provisão de IOF por conta de sua prescrição.

Imposto de renda e contribuição social

A Statkraft optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real nas empresas SKER e SKER COM. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2022 o imposto de renda e a contribuição social tiveram um saldo negativo que totalizou R\$ 70,50 milhões, principalmente pelo maior lucro realizado e pelo impacto de R\$ 8,50 milhões devido ao ajuste de avaliação patrimonial conforme variação dos investimentos

avaliados a valor justo e R\$ 15,70 milhões devido ao novo tratamento contábil referente ao CERAN (5%).

Operações descontinuadas

Em 2022 as operações descontinuadas somaram perda de R\$ 178,00 mil, representando o resultado da subsidiária Enex. A Enex foi incorporada pela SKER em dezembro de 2021.

Lucro líquido no período

Em 2022 o lucro líquido registrado foi de R\$ 237,80 milhões, um aumento de R\$ 54,20 milhões quando comparado com o 2021 conforme explicações apresentadas anteriormente.

EBITDA e Margem EBITDA – conforme Instrução CVM 527

Em 2022 o EBITDA alcançou R\$ 400,10 milhões, em função dos efeitos apresentados anteriormente, um aumento de 15,5% em relação aos R\$ 347,00 milhões alcançados em 2021, com uma margem EBITDA de 46,5% (queda de 14,9 pontos percentuais em relação à 2021). Quando olhamos para o EBITDA recorrente, que desconsidera os efeitos da repactuação do risco hidrológico e de contingências legais, ou seja, considerando apenas os efeitos “normais” de operação, temos um total de R\$ 421,60 milhões em 2022 contra R\$ 250,70 milhões de 2021, um aumento de 68,2% com margem EBITDA de 48,9% contra 44,4% (aumento de 4,6 pontos percentuais).

EBITDA (R\$ mil)	2022	2021	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	237.815	183.619	29,5%
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	70.476	27.799	153,5%
(+) Despesas financeiras líquidas	(16.253)	27.308	-159,5%
(+) Depreciação, amortização	108.862	108.138	0,7%
(+) Operação descontinuada	0	178	-100,0%
EBITDA – ICVM nº 527	400.900	347.042	15,5%
(-) Repactuação risco hidrológico	0	(96.364)	-100,0%
(+) Contingência legal	20.744	0	N/A
EBITDA recorrente – ICVM nº 527	421.644	250.678	68,2%
Receita Líquida	861.883	565.054	52,5%
Margem EBITDA (%)	46,5%	61,4%	-14,9 p.p
Margem EBITDA recorrente (%)	48,9%	44,4%	4,6 p.p

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

- **ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

ATIVO	31.12.2021	AV %	31.12.2020	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	186.403	5,4%	235.645	10,0%	-20,9%
Contas a receber	61.926	1,8%	54.730	2,3%	13,1%
Dividendos a receber	2.982	0,1%	3.604	0,2%	-17,3%
Estoques	8.027	0,2%	2.179	0,1%	268,4%
Tributos a recuperar	19.194	0,6%	17.297	0,7%	11,0%
Repactuação do risco hidrológico	970	0,0%	884	0,0%	9,7%
Outros ativos	14.006	0,4%	10.532	0,4%	33,0%
Total do ativo circulante	293.508	8,5%	324.871	13,8%	-9,7%
NÃO CIRCULANTE					
Aplicação financeira restrita	14.842	0,4%	-	n/a	n/a
Contas a receber	17.424	0,5%	9.550	0,4%	82,5%
Partes relacionadas	-	n/a	-	n/a	n/a
Imposto de renda e contribuição social diferidos	180	0,0%	180	0,0%	0,0%
Repactuação do risco hidrológico	2.698	0,1%	3.668	0,2%	-26,4%
Propriedades para investimento	19.092	0,6%	19.092	0,8%	0,0%
Operações descontinuadas	-	n/a	1.992	0,1%	n/a
Investimentos ao valor justo	84.434	2,5%	40.476	1,7%	108,6%
Outros ativos	6.498	0,2%	5.995	0,3%	8,4%
		0,0%		0,0%	n/a
Investimentos	46.892	1,4%	48.714	2,1%	-3,7%
Imobilizado	2.565.397	74,5%	1.561.815	66,5%	64,3%
Intangível	391.586	11,4%	331.439	14,1%	18,1%
Total do ativo não circulante	3.149.043	91,5%	2.022.921	86,2%	55,7%
TOTAL DO ATIVO	3.442.551	100,0%	2.347.792	100,0%	46,6%

• **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2021	AV %	31.12.2020	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Fornecedores	32.787	1,0%	124.009	5,3%	-73,6%
Financiamentos e debêntures	244.953	7,1%	82.413	3,5%	197,2%
Partes relacionadas	61.409	1,8%	58.972	2,5%	4,1%
Concessões a pagar	14.605	0,4%	11.537	0,5%	26,6%
Salários e encargos sociais	13.326	0,4%	8.556	0,4%	55,8%
Arrendamentos	4.261	0,1%	3.796	0,2%	12,2%
Tributos a recolher	12.839	0,4%	4.032	0,2%	218,4%
Imposto de renda e contribuição social	3.896	0,1%	1.816	0,1%	114,5%
Dividendos a pagar	8.722	0,3%	2.826	0,1%	208,6%
Outros passivos	21.829	0,6%	8.683	0,4%	151,4%
Total do passivo circulante	418.627	12,2%	306.640	13,1%	36,5%
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e debêntures	726.021	21,1%	552.035	23,5%	31,5%
Concessões a pagar	96.215	2,8%	85.050	3,6%	13,1%
Tributos a recolher	636	0,0%	349	0,0%	82,2%
Imposto de renda e contribuição social	537	0,0%	294	0,0%	82,7%
Provisão para remoção de imobilizado	65.937	1,9%	10.866	0,5%	506,8%
Arrendamentos	13.706	0,4%	13.275	0,6%	3,2%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	7.848	0,2%	38.216	1,6%	-79,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42.344	1,2%	17.544	0,7%	141,4%
Provisão para passivo a descoberto	-	0,0%	-	0,0%	n/a
Outros passivos	2.842	0,1%	2.421	0,1%	17,4%
Total do passivo não circulante	956.086	27,8%	720.050	30,7%	32,8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	1.671.910	48,6%	1.131.910	48,2%	47,7%
Reservas de Lucros	335.760	9,8%	158.036	6,7%	112,5%
Ajuste de avaliação patrimonial	60.161	1,7%	31.149	1,3%	93,1%
	2.067.831	60,1%	1.321.095	56,3%	56,5%
Participação de não controladores	7	0,0%	7	0,0%	0,0%
Total do patrimônio líquido	2.067.838	60,1%	1.321.102	56,3%	56,5%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.442.551	100,0%	2.347.792	100,0%	46,6%

• **COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

R\$ mil	2021	2020	Var %
Receita líquida	565.054	477.180	18,4%
Custo do fornecimento de energia elétrica	(297.232)	(232.614)	27,8%
Repactuação do risco hidrológico	96.364	0	N/A
Custo dos serviços prestados	(4.923)	(5.693)	-13,5%
Lucro bruto	359.224	238.873	50,4%
Gerais e administrativas	(120.468)	(101.889)	18,2%
Outras (despesas) receitas	(13.298)	(27.215)	-51,1%
Equivalência patrimonial	12.555	15.177	-17,3%
Dividendos auferidos	891	5.026	-82,3%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	238.904	129.972	83,8%
Resultado financeiro	(27.308)	(56.157)	-51,4%
Despesas financeiras	(61.328)	(68.443)	-10,4%
Receitas Financeiras	34.020	12.286	176,9%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	211.596	73.815	186,7%
Imposto de renda e contribuição social	(27.799)	(14.130)	96,7%
Resultado proveniente de operações descontinuadas	(178)	(181)	-1,6%
Lucro líquido do período	183.619	59.504	208,6%
Acionistas da Controladora	183.619	59.504	208,6%
Participação de não controladores	-	-	-

Receita Operacional líquida

A receita operacional líquida somou R\$ 565,10 milhões, 18,4% maior do que a receita líquida apurada no mesmo período de 2020.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2021	2020	Var %
Receita Líquida Total	565.054	477.180	18,4%
Fornecimento de energia	564.454	476.731	18,4%
- Contrato de energia de reserva – CER	102.221	90.658	12,8%
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	144.903	131.190	10,5%
- Programa de Incentivo às Fontes Al. de Energia Elétrica (PROINFA)	119.643	96.339	24,2%
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	62.296	91.590	-32,0%
- Contrato Bilateral Regulado (CBR)	96.603	86.057	12,3%
- Mercado de curto prazo (CCEE)	80.883	16.855	379,9%
- Tributos sobre a venda de energia elétrica	(42.369)	(35.958)	17,8%
- Outras Receitas (venda de certificados de energia renovável)	274	0	N/A
Outros serviços	600	449	33,6%

Contrato de Energia de Reserva (CER)

Em 2021 houve um incremento de R\$ 11,60 milhões, quando comparado com 2020, devido à resultado da maior geração advinda dos parques eólicos e de reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)

O aumento de R\$ 13,70 milhões em 2021 em relação à 2020, em sua maior parte, é decorrente do reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA e efeito da sazonalização dos contratos.

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monjolinho, PCH Santa Fé e SKER (ativos Tamar).

Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

O aumento de R\$ 23,30 milhões em 2021 quando comparado com 2020 deve-se, essencialmente, ao reajuste vinculado ao IGP-M.

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa, as quais adeririam ao seguro regulatório (Resolução Normativa nº 684/ANEEL), optando pelo produto SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)

A redução de R\$ 29,30 milhões no acumulado em 2021 em relação à 2020 deu-se devido a questões comerciais, estratégia de mercado, operações de hedge, reajuste de inflação vinculados ao IGP-M, além da menor sazonalidade em dezembro 2021.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho, UHE Suiça e SKER (ativos Tamar).

Contrato Bilateral Regulado (CBR)

O aumento de R\$10,50 milhões em 2021 em comparação com 2020 ocorreu, principalmente, devido ao reajuste de inflação vinculado ao IGP-M e efeito da sazonalização dos contratos.

As receitas decorrentes do CBR são provenientes da SKER (ativos Tamar).

Mercado de Curto Prazo (CCEE)

O aumento de R\$ 64,00 milhões em 2021 quando comparado com 2020 ocorreu, principalmente, devido ao elevado volume de operações de compra para fins de hedge no ano de 2021, as quais aumentaram o volume do recurso energético na CCEE, que por sua vez é valorado à PLD. Adicionalmente, observou-se um aumento do recurso oriundo da Repactuação do Risco Hidrológico em função de um GSF mais acentuado em 2021.

Custos operacionais

Em 2021 os custos operacionais totalizaram R\$ 145,00 milhões, um aumento de 1,0% em relação ao mesmo período de 2020.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela a seguir:

Custos Operacionais (R\$ mil)	2021	2020	Var %
Custo Total	145.046	143.673	1,0%
Custo do fornecimento de energia elétrica	140.123	137.980	1,6%
- Depreciação e amortização	104.795	103.220	1,5%
- Encargos setoriais	21.610	16.334	32,3%
- Seguro regulatório	6.137	5.277	16,3%
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	7.581	13.149	-42,3%
Custo dos serviços prestados	4.923	5.693	-13,5%
- Outros serviços	4.923	5.693	-13,5%

Depreciação e Amortização

Em 2021, o custo com depreciação e amortização totalizou R\$ 104,80 milhões, aumento de 1,5% (+R\$ 1,60 milhões) em relação a 2020 quando totalizou R\$ 103,20 milhões). Tais

desempenhos devem-se principalmente à repactuação do risco hidrológico que foi reconhecido durante o 3T21, parcialmente diluído pela extensão do prazo de concessão.

Encargos Setoriais

O aumento de 32,3% em 2021 na comparação com 2020 deve-se, principalmente, à diferença no tratamento entre custos e despesas, adotada a partir do 2T20 e ao reajuste do IGP-M nas tarifas de CCD e CUSD, bem como a revisão tarifária sobre a TUSD.

Custo com Compra de Energia Elétrica

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica nos últimos anos tem exigido atenção aos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF. Os anos de 2020 e 2021, da mesma forma, tem exigido da Companhia iniciativas para mitigar o efeito hidrológico. A baixa hidrologia, por sua vez, impactou os custos de operação o sistema e o consumidor de energia elétrica. Com menos chuvas, as hidrelétricas produzem menos, exigindo que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) utilize as térmicas para atender a caga.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

Em 2021 o valor gasto com compra de energia elétrica somou R\$ 157,10 milhões contra o valor de R\$ 94,60 milhões em 2020. Tais variações são decorrentes das alterações no cenário hidrológico e as ações acima descritas.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

Em 2021 esta rubrica era composta essencialmente pelo prêmio do seguro contra risco operacional, de responsabilidade civil e construção. A variação observada deve-se essencialmente ao encerramento do contrato de O&M dos parques eólicos da Bahia, cuja atividade foi internalizada ao final de 2020.

Outros Serviços

Neste grupo são apresentados os gastos relacionados a salários dos mantenedores das plantas e aos serviços de O&M prestados pela Controladora para suas subsidiárias.

Despesas (receitas) gerais

Em 2021 o total de despesas foi de R\$ 133,80 milhões, um aumento de 3,6% em relação ao mesmo período de 2020.

Despesas Gerais (R\$ mil)	2021	2020	Var %
Despesas Totais	133.766	129.104	3,6%
- Gerais e Administrativas totais	120.468	101.889	18,2%
- Salários e encargos	46.402	35.364	31,2%
- Gerais e administrativas	51.967	32.632	59,3%
- Remuneração dos administradores	9.178	9.246	-0,7%
- Encargos setoriais	2.613	5.710	-54,2%
- Depreciação e amortização	3.343	2.909	14,9%
- Com estudos em desenvolvimento	6.965	16.028	-56,5%
- Outras despesas (receitas)	13.298	27.215	-51,1%

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Salários e encargos

A variação observada em 2021, quando comparado com 2020, deve-se, essencialmente, ao crescimento do total de funcionários, ao acordo coletivo e a revisão no cálculo da participação de lucros e resultados.

Gerais e administrativas

Em 2021 houve um aumento de R\$ 19,30 milhões respectivamente quando comparado com 2020 devido a um aumento dos gastos com terceiros e materiais, em parte relacionados às obras para recuperação do túnel da PCH São João e as despesas com licenças e permissões ambientais para a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia.

Remuneração dos Administradores

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Administradores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. Em 2021 os valores apurados, apresentaram diminuição de 0,7%, quando comparado com 2020, decorrente de um menor número de diretores estatutários, parcialmente compensando pelo reajuste de inflação.

Encargos Setoriais

Em 2021, observou-se uma diminuição de 54,2%, ocasionado, essencialmente, por menores despesas com CFURH na Monel e Tamar, em linha com a menor produção e impactado pela diferença no tratamento entre custos e despesas, adotada a partir do 2T20.

Estudos e Desenvolvimento

Em 2021 a Companhia incorreu em gastos com o desenvolvimento de negócios, em linha com o plano estratégico da Companhia.

Outras despesas (receitas)

O resultado decorrente de outras despesas ou receitas totalizou despesas no valor de R\$13,30 milhões em 2021 devido, principalmente, pela perda com baixa e avaliação a valor justo de ativo imobilizado, devido uma mudança na premissa onde não foi considerada a extensão da concessão dos ativos no modelo de “*impairment*”. Além de R\$ 8,80 milhões de receitas não recorrentes referentes a acordos com terceiros e pelo reconhecimento de R\$ 7,70 milhões referentes a reembolsos de sinistros e indenizações.

Resultado de participação societária

Em 2021 o resultado de participações societárias totalizou ganho de R\$ 13,50 milhões contra um ganho de R\$ 20,20 milhões em 2020. Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Ganho (perda) provenientes participações societárias (R\$ mil)	2021	2020	Var %
- Equivalência patrimonial	12.555	15.177	-17,3%
- Dividendos auferidos	891	5.026	-82,3%
Resultado de participações	13.446	20.203	-33%

Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), sendo as variações decorrentes dos efeitos do cenário hidrológico além de positivamente afetada pela da adesão a lei 14.052/2020 (repactuação do Risco Hidrológico).

Dividendos auferidos

Composto pelos dividendos recebidos de CERAN (5%) e Donas Francisca (2,12%).

Resultado financeiro

Em 2021 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 27,30 milhões que representa uma diminuição de 51,4% em relação ao mesmo período de 2020 quando a companhia teve uma despesa líquida de R\$ 56,00 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2021	2020	Var %
Receitas financeiras	34.020	12.286	176,9%
- Com aplicações financeiras (i)	24.389	10.848	124,8%
- Variação monetária ativa	398	1.243	-68,0%
- Juros sobre contrato de mútuo	95	163	-41,7%
- Juros e correções monetárias sobre provisão para contingências (ii)	8.814	0	N/A
- Outras receitas financeiras	324	32	912,5%
Despesas financeiras	(61.328)	(68.443)	-10,4%
- Com financiamentos (iii)	(28.118)	(30.116)	-6,6%
- Comissão de fiança e garantias	0	(20)	-100,0%
- IOF, multa e juros sobre tributos	(1.514)	(1.083)	39,8%
- Variação monetária passiva	(407)	(346)	17,6%
- Concessões a pagar e outras despesas (iv)	(27.206)	(28.902)	-5,9%
- Juros sobre contrato de mútuo	(987)	(217)	354,8%
- Juros sobre arrendamento mercantil	(1.286)	(1.144)	12,4%
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.370)	(1.827)	-25,0%
- Outras despesas financeiras (v)	(440)	(4.788)	-90,8%
Resultado Financeiro	(27.308)	(56.157)	-51,4%

Receitas Financeiras

Em 2021 as receitas financeiras atingiram o total de R\$ 34,00 milhões, um crescimento de 176,9% em relação à 2020. Tal variação é decorrente, principalmente, (i) do maior rendimento sobre aplicações financeiras em função do maior saldo médio de caixa e CDI apurado no período e (ii) pelo reconhecimento da atualização monetária do resultado arbitral da PCH Moinho, em R\$ 8,80 milhões.

Despesas Financeiras

Em 2021 as despesas financeiras atingiram R\$ 61,30 milhões apresentando diminuição de R\$ 7,10 milhões na comparação com 2020 devido a: (iii) diminuição das despesas com financiamento por conta da capitalização dos juros do empréstimo ponte, destinado às atividades de construção, (iv) diminuição da linha de concessões a pagar em função do menor efeito do IGPM sobre a UBP, além da (v) atualização do preço do ajuste do anuênio de Energen, causando um efeito foi R\$ 1,80 milhão abaixo do provisionado, reduzindo assim a linha de outras despesas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Statkraft optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real nas empresas SKER, SKER COM e Enex. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2021 o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo negativo de R\$ 27,80 milhões, sendo R\$ 4,50 milhões referente ao resultado arbitral da PCH Moinho, além de renegociação do risco hidrológico - GSF (- R\$ 22,70 milhões), parcialmente compensado pelo imposto diferido ao ajuste pelo valor justo do CERAN e DFESA (R\$ 12,10 milhões) e Santa Fé pelo excesso de valor (R\$ 2,90 milhões).

Operações descontinuadas

Em 2021 as operações descontinuadas somaram perda de R\$ 178,00 mil, representando o resultado da subsidiária Enex. A Enex foi incorporada pela SKER em dezembro de 2021.

Lucro líquido no período

Em 2021 o lucro líquido foi de R\$ 183,70 milhões contra R\$ 59,50 milhões de 2020, um aumento de 208,6%.

EBITDA e Margem EBITDA – conforme Instrução CVM 527

Em 2021 o EBITDA alcançou R\$ 347,00 milhões, em função dos efeitos apresentados anteriormente, um aumento de 47,0% em relação aos R\$ 236,10 milhões alcançados no mesmo período de 2020, com uma margem EBITDA de 61,45% (crescimento de 11,90 pontos percentuais em relação à 2020).

EBITDA (R\$ mil)	2021	2020	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	183.619	59.504	208,6%
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	27.799	14.130	96,7%
(+) Despesas financeiras líquidas	27.308	56.157	-51,4%
(+) Depreciação, amortização	108.138	106.129	1,9%
(+) Operação descontinuada	178	181	-1,6%
EBITDA – ICVM nº 527	347.042	236.101	47,0%
Receita Líquida	565.054	477.180	18,4%
Margem EBITDA (%)	61,4%	49,5%	11,9 p.p

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

2.2 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não apresentam alterações nas práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não apresentam alterações nas práticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não apresentam ressalvas.

2.3 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, as estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As premissas para estas estimativas estão divulgadas na Nota 3 das demonstrações financeiras.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de: (i) venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento; (iii) serviços prestados de operação e manutenção operacional (O&M). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”), se aplicável.

Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo valor justo.

Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados *pro rata temporis* ao longo do prazo de cobertura.

As despesas com seguro regulatório são reconhecidas pelo seu valor presente calculado com base no IPCA anual projetado e, assim como as despesas financeiras incorridas, são apropriadas ao longo do prazo de outorga da usina ou do contrato de venda de energia conforme contrato de repactuação do risco hidrológico.

Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil técnica dos ativos imobilizados limitadas ao prazo de concessão ou da autorização para as usinas eólicas e a vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) para as usinas hídricas, conforme detalhado na nota explicativa nº 3.1 das demonstrações financeiras.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

Intangível

(a) *Ágio*

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) *Uso do bem público*

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

Propriedades para investimento

O saldo apresentado no grupo de "propriedades para investimento" representa o valor justo dos investimentos realizados em terras pela Companhia. Anualmente, a Companhia efetua a avaliação destes valores justos, que são ajustados contra o resultado caso diferenças sejam identificadas em relação à avaliação do ano anterior.

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Financiamentos e debêntures

Os financiamentos e debêntures tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos e debêntures tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Concessões a pagar

É registrado inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado, atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação

presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Statkraft Energias Renováveis S.A., com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social, geralmente são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é

calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

A Companhia e sua controlada Statkraft Comercialização de Energia S.A. se enquadram no regime do lucro real, enquanto suas controladas aplicam o regime do lucro presumido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

Capital Social

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

Reconhecimento da receita

(a) Venda de energia elétrica

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado quando a transferência de riscos e benefícios sobre a energia contratada se estabelece. Para as usinas que não fazem parte do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia, essa

transferência se dá conforme a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN - Sistema Integrado Nacional. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE, a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do GSF (Generation Scalling Factor), que reduz a garantia física das usinas, e, por consequência, suas receitas.

Os contratos negociados no ambiente de contratação livre (ACL), firmam a venda de energia elétrica por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes através de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo de acordo com a estratégia interna do Grupo.

Os contratos negociados no ambiente de contratação regulado (ACR), transacionam as vendas de energia elétrica por meio de leilão com preços e volumes já estipulados também via contratos bilaterais, podendo ter periodicidade de curto e longo prazo. Para as usinas com contratos regulados, a não geração do volume contratado obriga as mesmas a realizar a compra do respectivo volume para cumprimento do contrato regulado.

(b) Venda da prestação de serviços de O&M - Operação e Manutenção

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços de O&M verificando se os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, a depender da natureza de cada serviço prestado.

Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros e bônus

O grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria, que leva em conta o resultado obtido no período.

O pagamento de participação nos lucros e bônus constitui a remuneração variável e são embasados no alcance das metas individuais e objetivos empresariais.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) *Vida útil do ativo imobilizado*

O Grupo estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

b) *Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração*

O Grupo realiza, a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre:

(i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos por meio da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, e “Intangível” e “Propriedades para investimento”.

c) *Valor justo de instrumentos financeiros*

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) *Custos de desmobilização dos parques eólicos*

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

e) *Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas*

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

f) *Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais*

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos com base na expectativa de lucro futuro das companhias que geram tais prejuízos.

g) *Mútuo passivo entre partes relacionadas*

A classificação do mútuo passivo com partes relacionadas leva em consideração a interpretação da Companhia em relação às características, condições, documentação, regras e ritos de governança estabelecidos para a realização desse tipo de operação.

A Companhia mantém registrado o valor de R\$66.797,00, correspondente a passivo de mútuo com partes relacionadas. A natureza de tal obrigação vem sendo contestada por acionista não controlador que não reconhece a existência de uma obrigação contratual de entrega de caixa por parte da Companhia. O assunto está em processo de arbitragem entre as partes e, na data das demonstrações financeiras, consistiu, portanto, em um julgamento crítico da administração que concluiu, com base em pareceres jurídicos obtidos, que a classificação mais adequada, na data das demonstrações financeiras, seria o registro como passivo.

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):

Não possuímos conhecimento de nenhum ativo ou passivo material que não esteja evidenciado em nossas demonstrações financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não contemplam as operações ou transações ocorridas após esta data.

Para fins de divulgação de eventos subsequentes, a administração julgou relevante chamar atenção para os seguintes temas:

Integralização de capital

Em 01 de fevereiro de 2024 a companhia recebeu R\$ 150.000.000,00 como parte do capital que permanecia a integralizar em 31 de dezembro de 2023.

Início da operação – Projeto VSE

Mediante Resoluções Autorizativas da ANEEL, o Grupo iniciou a operação comercial de parte de suas unidades geradoras pertencentes às subsidiárias do projeto Ventos de Santa Eugênia conforme discriminação abaixo:

Data da deliberação	Planta	Unidade geradora	Capacidade instalada (MW)	Subsidiária
04/01/2024	VSE8	UG2	5,7	Oslo IV S.A.
16/02/2024	VSE8	UG4	5,7	Oslo IV S.A.
16/02/2024	VSE8	UG5	5,7	Oslo IV S.A.
16/02/2024	VSE10	UG5	5,7	Oslo IX S.A.
16/02/2024	VSE10	UG7	5,7	Oslo IX S.A.
20/02/2024	VSE9	UG5	5,7	Oslo V S.A.
20/02/2024	VSE9	UG6	5,7	Oslo V S.A.
20/02/2024	VSE14	UG4	5,7	Oslo V S.A.
21/02/2024	VSE10	UG8	5,7	Oslo IX S.A.
21/02/2024	VSE 13	UG5	5,7	Oslo X S.A.
21/02/2024	VSE 13	UG7	5,7	Oslo X S.A.
22/02/2024	VSE8	UG1	5,7	Oslo IV S.A.
22/02/2024	VSE5	UG6	5,7	Oslo IV S.A.
04/03/2024	VSE5	UG4	5,7	Oslo IV S.A.
04/03/2024	VSE6	UG2	5,7	Oslo IV S.A.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

b) Natureza e propósito da operação.

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Nossos investimentos estão concentrados nas áreas de prospecção, desenvolvimento e implantação de empreendimentos de geração por fontes renováveis de energia elétrica.

Desenvolvimento

Na área de desenvolvimento, os recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro socioeconômico e, no caso das PCHs, UEEs e solares, compra de terras para implantação dos empreendimentos.

Implantação

Durante o ano de 2020 a Companhia iniciou a implantação do Complexo Eólico Ventos Santa Eugênia, de 518,7 MW, na Bahia. No dia 4 de janeiro de 2021, iniciou-se a mobilização para a construção do parque eólico, o qual se dará em tranches, com encerramento do último parque previsto para o primeiro semestre de 2024. Sua previsão orçamentária de investimentos é da ordem de R\$ 2,70 bilhões e, para sua construção, a Companhia, ao longo de 2020, celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste contratos de financiamento no montante de até R\$1.062,38 milhões, no nível das investidas constituídas para esses projetos. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo para pagamento de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA.

Em 15 de dezembro de 2021 a Administração da Companhia aprovou o início da construção dos projetos Morro do Cruzeiro I e II. A previsão orçamentária é de R\$ 672,00 milhões, para os quais a Companhia estabeleceu uma estrutura de capital considerando capital próprio e de terceiros para financiamento. A construção tem início previsto para junho de 2022, a estimativa é que as primeiras turbinas eólicas comecem a operar em meados de 2024.

Em 21 de dezembro de 2023 a Companhia aprovou o DG3 referente ao Projeto Solar Híbrido (VSE e MdC) no valor total de R\$ 1.163,00 milhões. A administração informou que o projeto considera o Capex P50 de R\$ 970,00 milhões.

Os recursos necessários para a construção de nossos Empreendimentos serão oriundos principalmente (i) do aporte de capital de nossos acionistas controladores e (ii) de captação

de recursos junto à bancos através de financiamentos de longo prazo. Ainda, utilizaremos parcela dos dividendos de nossos Empreendimentos em Operação para este fim.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

No dia 29 de dezembro de 2023 a Companhia finalizou a aquisição de 2 complexos eólicos localizados no estado do Rio Grande do Norte, adicionando um total de 260,4 MW de capacidade instalada em operação.

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não fazemos diferenciação entre pesquisas em andamento e desenvolvimento de projetos. Dessa maneira as informações referentes ao item c.i. do Anexo 24 da Instrução CVM 480 serão apresentadas em conjunto com o item c.iii. Da mesma forma, as informações referentes ao item c.ii. serão apresentadas em conjunto com o item c.iv.

Conforme consta no nosso Plano de Crescimento 2022-2028, considerando projetos greenfield em pleno curso de desenvolvimento, Statkraft Energias Renováveis S.A. possui um pipeline acima de 3,5 GW em projetos considerando-se as três fontes, ou seja, projetos eólicos, solares e hidráulicos.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO II

INFORMAÇÕES INCLUÍDAS NO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, REFERENTE À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO ICVM Nº 81/2022 E INSTRUÇÃO ICVM Nº 80/2022.

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração e e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

Conselho de Administração:

Nossa política de remuneração no que se refere aos membros do conselho de administração está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos conselheiros é composta unicamente por uma parcela mensal fixa e foi estabelecida dentro dos padrões de mercado. Atualmente nosso Conselho de Administração é composto por três membros não remunerados.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nosso Conselho de Administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

Diretoria Estatutária:

Nossa política de remuneração no que se refere ao nosso Presidente e Vice-presidentes está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais experientes e qualificados para ocupar estes postos. A remuneração do Presidente e Vice-presidentes é somente pró-labore.

A Companhia é administrada por, no mínimo, 02 (dois) Executivos, sendo: 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-presidente finanças e DRI, que também deverá atuar como Vice Presidente de relações com investidores, enquanto que os demais deverão atuar com as seguintes denominações: 1 (um) Vice-presidente jurídico regional; 1 (um) um Vice-presidente de operação e manutenção; 1 (um) Vice-presidente de desenvolvimento e regulatório; 1 (um) Vice-presidente de assuntos corporativos, nos termos do Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração. Recebe treze remunerações anuais para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, incluída a contribuição patronal à previdência social. Em 31 de dezembro de 2023 a Diretoria

Estatutária da companhia era composta por um Presidente, um Vice-presidente de Financeiro e Relações com Investidores e 04 Vice-presidentes

Ao final de 2023 a Companhia adotava política de remuneração variável de acordo com os padrões do Grupo Statkraft, cuja política foi validada pelo Comitê de RH e Conselho de Administração. A política aplicável à diretoria não se diferencia daquela aplicada aos demais empregados da Companhia, com exceção ao percentual da remuneração anual que é de até 25% da remuneração anual para a diretoria e de até 20% da remuneração anual para os demais empregados da Companhia.

Para uma boa performance, é necessário que os empregados saibam o que se espera deles. A base de um Programa de Remuneração Variável é a definição de metas claras, objetivas e atreladas ao negócio.

A definição de metas é o núcleo do gerenciamento de desempenho. Nosso sistema de Remuneração Variável deve facilitar a definição de metas. Essa configuração de objetivos e feedback construtivo para indivíduos e equipes ao longo do ano é o cerne do princípio de liderança.

As metas devem ser definidas de acordo com a ambição estratégica da empresa que deve ser cascadeada pelo CEO a cada diretoria no início de cada ano.

As metas estão estruturadas da seguinte forma:

- 25% das metas são comportamentais e comuns a toda a organização visando fortalecer a cultura de ética nos negócios, saúde e segurança e diversidade e inclusão.
- 75% das metas devem ser relacionadas a resultados quantitativos - KPI's.

Conselho Fiscal:

Atualmente a Companhia não possui um Conselho Fiscal constituído, mas existe sua previsibilidade dentro do estatuto da Companhia, podendo ser composto por três membros, e respectivos suplentes.

Comitês

Atualmente a Companhia não possui comitês constituídos, mas existe sua previsibilidade dentro do estatuto da Companhia.

c) composição da remuneração**i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:****Salário dos administradores e honorários dos membros do Conselho de Administração:**

A remuneração mensal de nossos administradores tem como objetivo garantir o comprometimento com o trabalho e a satisfação com a remuneração, aliando os objetivos de cada profissional com a constante busca pelos nossos resultados. Atualmente os membros do Conselho de Administração não são remunerados.

ii) Proporção de cada elemento na remuneração total:

	Pró-Labore/Honorários	Benefícios	Total
Diretoria executiva	100%	0%	100%

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:

O reajuste da remuneração da diretoria executiva e do conselho de administração é definido em Assembleia Geral.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Remunerar nossos profissionais de acordo com as responsabilidades assumidas, garantindo um pacote de remuneração atrativo e que nos permita reter e atrair profissionais qualificados para assumir nossas posições de comando.

v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Conforme disposto no Acordo de Acionistas da Companhia, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal indicados pela controladora Statkraft não são remunerados. Os membros dos comitês de assessoramento também não são remunerados, independente de qual acionista realizou a indicação.

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não adotamos atualmente uma política de remuneração que reflita determinados indicadores de desempenho.

e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia

Buscamos, por meio de nossa política de salários, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em nosso quadro de colaboradores profissionais comprometidos com nossa estratégia de crescimento e o nosso plano de negócios.

f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não possuímos atualmente membros da diretoria ou do conselho que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

2023 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2	6	1	9
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
- Salário / Pró-labore	263.031,00	6.799.746,00	49.842,00	7.112.619,00
- Benefícios diretos e indiretos		661.641,00		
- Participação em Comitês				
- Outros (2)	52.549,00	2.219.791,00	9.968,00	2.282.308,00
Remuneração Variável				
- Bônus		1.128.079,00		1.128.079,00
- Participação nos resultados				
- Participação em Reuniões				
- Comissões				
- Outros				
Benefícios pós-emprego				
Benefícios pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em Ações				
Valor mensal da remuneração				
Total da remuneração	315.580,00	10.809.257,00	59.810,00	11.184.647,00

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) Os valores apurados do conselho de administração e conselho fiscal tem como referência a data fim de 12 de setembro de 2023

2022 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2	7	1	10
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	361.310,30	6.006.934,06	73.159,72	6.441.404,08
- Benefícios diretos e indiretos	-	1.106.635,39	-	1.106.635,39
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	72.262,02	2.068.273,17	14.631,91	2.155.167,10
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	1.126.430,01	-	1.126.430,01
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	433.572,32	10.308.272,63	87.791,63	10.829.636,58

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2021 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2	7	1	10
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	328.128,80	5.374.638,51	64.272,62	5.767.039,93
- Benefícios diretos e indiretos	-	968.346,67	-	968.346,67
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	65.625,76	1.438.932,94	12.854,50	1.517.413,20
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	929.062,39	-	929.062,39
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	--	-
Total da remuneração	393.754,56	8.710.980,51	77.127,12	9.181.862,19

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Nos anos de 2021 a 2023, distribuimos aos nossos diretores um bônus, nos valores demonstrados abaixo, como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais.

2023 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2	6	1	9
Bônus	N/A	1.128.078,90	N/A	1.128.078,90
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	1.128.078,90	N/A	1.128.078,90

2022 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2	7	1	10
Bônus	-	1.126.430,01	-	929.062,39
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	929.062,39	N/A	929.062,39
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

2021 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	2	7	1	10
Bônus	-	929.062,39	-	929.062,39
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	929.062,39	N/A	929.062,39
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

8.5. Em relação à remuneração baseadas em ações reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

8.8. Em relação às opções exercidas e Ações entregues relativas à remuneração baseada em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

8.12. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 (inclusive método de precificação do valor das Ações e das opções):

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

8.13. Ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em Ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

A Companhia não detém quotas diretas ou indiretas emitidas pela Companhia.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	Diretoria Estatutária 31/12/2023
Nº de membros	6
Nº de membros remunerados	6
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	
Condições para se aposentar antecipadamente	
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	320.206,00
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	320.206,00

	Diretoria Estatutária 31/12/2022
Nº de membros	7
Nº de membros remunerados	7
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	-
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	310.302,86

Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	310.302,86
--	------------

	Diretoria Estatutária
	31/12/2021
Nº de membros	7
Nº de membros remunerados	7
Nome do plano	BRDESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	-
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	279.004,34
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	279.004,34

O benefício de plano de previdência dá-se apenas aos membros da Diretoria Estatutária, não sendo aplicado aos membros do Conselho de Administração.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	6	7	7	2	2	2	1	1	2
Nº de membros remunerados	6	7	7	2	2	2	1	1	2
Valor da maior remuneração individual	2.617.128,00	1.753.414,00	1.726.775,00	263.031,00	180.655,00	164.064,00	49.842,00	73.159,00	164.064,00
Valor da menor remuneração individual	764.739,00	797.006,00	682.001,00	263.031,00	180.655,00	164.064,00	49.842,00	73.159,00	164.064,00
Valor médio da remuneração	1.690.933,00	1.073.302,00	1.204.388,00	263.031,00	180.655,00	164.064,00	49.842,00	73.159,00	164.064,00

Observações:

Diretoria Estatutária	
31/12/2023	<p>Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Vice-presidente que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2023.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Vice-presidente que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2023. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 6,0.</p> <p>Em janeiro de 2023 houve a alteração de estrutura, tendo 1 presidente e alteração de 5 posições de diretores para vice-presidentes e 1 diretor estatutário passado voltando para diretor CLT.</p>
31/12/2022	<p>Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2022.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2022. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 5,0.</p> <p>Em fevereiro e agosto entrada de 2 diretores e em setembro saída de um diretor, posição que ficou aberta no decorrer de 2022.</p>
31/12/2021	<p>Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2021, referente a substituição.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2021, referente a substituição. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 7,0.</p> <p>1 diretor saiu em fevereiro e outro em outubro, levando a média para 7A</p>

Conselho de Administração	
31/12/2023	<p>Em setembro de 2023 o Conselho de Administração foi reduzido, após a aquisição da totalidade da participação acionária detida pela FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais ("FUNCEF"), ficando assim com 100,00% de participação. Como consequência foram extintos os cargos remunerados de Conselheiro Administrativo. Sendo assim, sua média foi considerada para 9 meses.</p>
31/12/2022	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2022.</p> <p>Em fevereiro de 2022 houve a saída de um conselheiro, tendo sua substituição em março de 2022.</p>
31/12/2021	<p>Houve a troca de conselheiro em janeiro de 2021, considerando a saída em um dia e a substituição no dia seguinte, foi considerado o total de 2 membros do conselho.</p>

Conselho Fiscal	
31/12/2023	<p>Em setembro de 2023 o Conselho de Administração foi reduzido, após a aquisição da totalidade da participação acionária detida pela FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais ("FUNCEF"), ficando assim com 100,00% de participação. Como consequência o Conselho Fiscal foi extinto. Sendo assim, sua média foi considerada para 9 meses.</p>
31/12/2022	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano.</p>

	Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2022.
31/12/2021	Houve a troca de conselheiro em janeiro de 2021, considerando a saída em um dia e a substituição no dia seguinte, foi considerado o total de 1 membro do conselho.

8.16. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

8.17. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	dez/23	dez/22	dez/21
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0

8.18. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Órgão	dez/23	dez/22	dez/21
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
TOTAL	0	0	0

8.19. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho

fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não possuímos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2024 até 30 de abril de 2025, prazo estimado entre as AGOs, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração e Diretores Estatutários é de R\$ 12.544.622,00 com base no reajuste de 5,72%. Os valores totais incluem as contribuições propostas para o INSS e FGTS pago pelo empregador e reconhecidas no resultado, pagamento do 13º salário em novembro (este último à diretoria executiva apenas).

Maio 2024 a abril 2025 previsto (3) (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	0	6	0	6
Remuneração Fixa Anual (R\$)				
- Salário / Pró-labore		7.911.999,00		7.911.999,00
- Benefícios diretos e indiretos		947.892,00		947.892,00
- Participação em Comitês				
- Outros (2)		2.215.360,00		2.215.360,00
Remuneração Variável				
- Bônus (4)		1.469.371,00		1.469.371,00
- Participação nos resultados				
- Participação em Reuniões				
- Comissões				
- Outros				
Benefícios pós-emprego				
Benefícios pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em Ações				
Valor mensal da remuneração				
Total da remuneração		12.544.623,00		12.544.623,00

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) Os valores previstos para o período foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

(4) Programa de Bônus (2023/2024) é uma estimativa e depende da realização de metas.

ANEXO III

INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO INCLUÍDAS NO ITEM 7 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME INSTRUÇÃO ICVM Nº 80/2022.

CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES

7.3 Administradores e membros do conselho fiscal:

7.3.1 Membro do Conselho de Administração

a) Nome	b) Data de Nascimento	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador	l) nº de mandatos consecutivos
Ingeborg Dårflot	29/06/1979	Engenheira	34395772	Presidente	09.04.2024	09.04.2024	Até a AGO de aprovação das contas de 2025 em 2026	Nenhum	Sim	1
Marthe Hoff	09/04/1963	Economista	32756746	Conselheiro efetivo	09.04.2024	09.04.2024	Até a AGO de aprovação das contas de 2025 em 2026	Nenhum	Sim	1
Fernando Cesar Cani	16/10/1986	Administrador	041.295.039-10	Conselheiro efetivo	09.04.2024	09.04.2024	Até a AGO de aprovação das contas de 2025 em 2026	Nenhum	Sim	1

a) Currículos dos membros do conselho de administração:

INGEBORG DÅRFLOT A sra. Darflot é Mestre em Ciências em Energia e Ambiente pela Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia (NTNU). Começou como estagiária na Statkraft em 2004 e ocupou vários cargos. Ela veio da posição de Vice-Presidente Sênior da Região Centro da Noruega, com responsabilidade pelas operações e manutenção de todas as usinas de energia na região.

MARTHE HOFF A sra. Hoff é atualmente Vice-Presidente Sênior Internacional na Statkraft, trazendo experiência de funções anteriores na EAM Solar ASA, Statoil Fuel & Retail AS, Statoil e Statoil ASA. Marthe Hoff possui um Mestrado em Administração de Empresas (MBA) em Finanças, Geral @ Universidade de São Francisco de 1987 a 1989. Com um conjunto de habilidades robusto que inclui Negócios Internacionais, Mercados de Commodities, Economia, Finanças Corporativas, Avaliação e mais, Marthe Hoff contribui com insights valiosos para a indústria

FERNANDO CESAR CANI O Sr. Cani é administrador, com experiência profissional em uma dos big four de auditoria e larga experiência no ramo de energia, tendo mais de 12 anos de trabalho no setor. Está na Statkraft há 9 anos, tendo sido Head de Planejamento, Controladoria e Relações com Investidores no Brasil. Desde 2020 mora na Noruega onde

já atuou como Business Controller, tendo assumido recentemente o cargo de Vice-Presidente de reporte financeiro e análise. Atualmente ocupa a posição de SVP Finance da área de International.

7.3.2 Membros do Conselho Fiscal

Desde 12 de setembro de 2023 a Companhia não possui um Conselho Fiscal instituído.

a) Currículos dos membros do conselho fiscal:

Não aplicável.

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:

Nossos Conselheiros e Diretores não sofreram qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-os ou inabilitando-os para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável.

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.